

## cidadania



ANTÔNIO GAUDERIO/FOLHA IMAGEM

O tratamento da água e do esgoto, a lavagem e a conservação dos alimentos são essenciais para prevenir a hepatite

**Especial Cidadania mostra cuidados para evitar os vários tipos de hepatite**

PÁGINA 16

Reajuste do mínimo e da tabela do IR exige adequação

# Congresso deve votar Orçamento até o dia 30

A votação do Orçamento da União para 2005 ocorrerá por volta do dia 29, segundo prevê o relator da proposta, senador Romero Jucá. Previa-se a votação no dia 23, mas Jucá advertiu que o prazo era curto para examinar os dez relatórios setoriais.

O presidente do Senado, José Sarney, concordou em estender os trabalhos do Congresso até o dia 30. O reajuste do salário mínimo para R\$ 300 e a correção de 10% na tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas representam gasto extra de R\$ 5 bilhões, afirma Jucá.

PÁGINA 2

## Grandes decisões podem ter maior participação popular

PÁGINA 3



MOACYR LOPES JR./FOLHA IMAGEM

### PLENÁRIO

Nove medidas provisórias devem ser examinadas nesta semana pelo Plenário do Senado para desobstruir a pauta.

PÁGINA 2

### PARCERIAS

Um dos principais itens da agenda econômica do governo, o projeto das parcerias público-privadas poderá ser votado esta semana se a pauta for desobstruída.

PÁGINA 2

### CPI DO BANESTADO

O relatório final da comissão parlamentar de inquérito que investigou a remessa ilegal de dinheiro para o exterior deve ser votado esta semana.

PÁGINA 5

## Alô Senado: novo serviço pode atender 6 mil chamadas por dia

PÁGINA 12



JANE ARAÚJO

Central de relacionamento com o público presta informações, recolhe sugestões e críticas e realiza pesquisas de opinião sobre temas em debate no Senado

## Senado aprova ProUni e garante 118 mil bolsas de estudo

PÁGINA 4

## Programa do biodiesel recebe sugestões dos senadores

PÁGINA 4

## e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

gendagendaendagendaendagengendgendagendaendagendaendagendaendaagend

# Orçamento pode ser votado até o dia 30

A votação do Orçamento para 2005 deverá ocorrer por volta do dia 29. A previsão é do relator-geral da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR). Inicialmente, previa-se que a decisão sobre a matéria seria nesta quinta-feira, como consta no ato convocatório assinado pelos presidentes da Câmara e do Senado. Mas Jucá alertou que o tempo era curto para apreciar os dez relatórios setoriais – que contemplam as diversas áreas beneficiadas pelo Orçamento –, e ainda votar o texto final.

Os relatórios foram preparados por deputados e senadores especialmente escolhidos para isso pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), informou que o presidente do Senado, José Sarney, concordou em prorrogar os trabalhos até o dia 30. Assim, nesta semana devem ser votados os relatórios setoriais, que foram entregues a Jucá na última quinta-feira.

Com o material em mãos, o relator espera agilizar a redação do texto que irá a votação na

CMO. Se aprovada, a matéria será analisada pelo Plenário do Congresso. Nesta terça, Jucá se reúne com parlamentares para discutir as emendas destinadas aos estados.

A maior dificuldade do relator, até agora, tem sido a adequação ao Orçamento das medidas anunciadas pelo governo federal na semana passada: o reajuste do salário mínimo para R\$ 300, e a correção de 10% da tabela do Imposto de Renda para pessoas físicas, que elevou o piso a partir do qual as pessoas são obrigadas a contribuir. As duas medidas

representam um gasto extra de R\$ 5 bilhões, segundo Jucá.

Na última sexta-feira, Jucá e Paulo Bernardo analisaram com membros do Executivo a readequação da proposta orçamentária. O senador esteve duas vezes no Palácio do Planalto discutindo o assunto com a equipe econômica. Jucá pretende atender a uma reivindicação dos governadores de estados exportadores, como Pará e São Paulo, que pleiteiam maior compensação federal pelas perdas geradas com os subsídios. Ele destinou cerca de R\$ 2 bilhões aos estados.



Jucá tenta adequar proposta ao novo salário e à correção da tabela do Imposto de Renda

## Equipe econômica aceita R\$ 290 já no início do ano

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou quinta-feira que a equipe econômica não se opõe à correção do salário mínimo para R\$ 290, já a partir de 1º de janeiro. Ele observou, no entanto, que a proposta que vai para o projeto do Orçamento é a de um mínimo de R\$ 300 em 1º de maio, conforme o governo havia acordado com as centrais



Mercadante

sindicais.

Mercadante recebeu uma delegação de sindicalistas que lhe entregaram documento solicitando uma correção em R\$ 30 ou R\$ 40 no próximo mês. Ele ressaltou que a única dificuldade significativa são as pequenas prefeituras, lembrando que os novos prefeitos terão, ao assumir, de se defrontar com esse aumento salarial

## Jucá propõe ganho real e antecipação gradativa

A antecipação gradativa da data-base de reajuste do salário mínimo para janeiro em 2010 é um dos pontos propostos no projeto de lei que o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator do Orçamento Geral da União de 2005, anunciou no Plenário, sexta-feira.

A proposta sugere uma política para a atualização do piso nacional para os próximos cinco anos, prevendo a reposição da inflação com base na variação

do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) verificado no período, acrescido a uma participação dos assalariados na renda nacional equivalente a uma vez e meia o crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita*.

A data-base do reajuste do salário mínimo continuaria a ser 1º de maio até 2006. Nos exercícios seguintes, conforme o projeto, ela seria antecipada em um mês a cada ano.

## Paim apela a prefeitos para evitar lobby contra reajuste

Receber salário mínimo de R\$ 290 desde janeiro é melhor do que ganhar R\$ 300 a partir de maio, afirmou na sexta-feira o senador Paulo Paim (PT-RS). O parlamentar sugeriu a realização de acordo com a oposição para que o aumento do piso seja antecipado para 1º de janeiro de 2005, como deseja o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conforme frisou.

Paim informou que pretende ser autorizado pelo governo federal a dialogar com parlamentares a fim de defender o reajuste do mínimo a partir do início do ano. O senador dirigiu apelo aos prefeitos de todo o Brasil para que não promovam *lobby* contra o aumento do mínimo.

– O obstáculo principal para o aumento do salário mínimo hoje são os prefeitos. Pelo amor de Deus, prefeitos, não façam *lobby* contra o salário mínimo. Quem faz *lobby* contra o salário mínimo está contra a parcela mais pobre do seu povo. Fica muito feio – alertou o senador.

## Sibá propõe política para correção do piso salarial

Sibá Machado (PT-AC) apresentou sexta-feira a proposta de uma política para o salário mínimo por ele formulada como sub-relator da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para a área temática Trabalho, Previdência e Assistência Social. O reajuste teria como base a inflação e o crescimento do produto interno bruto (PIB).

Para o senador, a geração de

empregos passa por esses dois fatores: equilíbrio de contas do ganho real do salário mínimo e uma certa proteção ao empregador. Ele se manifestou favorável à antecipação do aumento do piso para janeiro.



Sibá Machado

## Ideli lembra importância do mínimo para os brasileiros

A líder do bloco de apoio ao governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), disse que o grande debate na discussão do Orçamento 2005 será travado entre o aumento do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda e o resarcimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos estados exportadores.

A seu ver, o mais importante desses três assuntos é o salário mínimo, principalmente porque atende a uma quantidade mais significativa de brasileiros.

Ideli comparou o Orçamento a um cobertor curto, que não pode cobrir ao mesmo tempo os pés e a cabeça, e o atendimento às três demandas a um cabo-de-guerra.

## Pavan quer recomposição no período de dez anos

Uma política de recomposição do salário mínimo com base no projeto de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), do qual é relator, é o que defende Leonel Pavan (PSDB-SC).

O projeto (PLS 220/04) evita que se fique discutindo, a cada ano, se o aumento do mínimo será de R\$ 10 ou R\$ 20, valores “absolutamente inócuos”, disse Pavan, acrescentando que

a proposta de Saturnino estabelece uma série de regras fixas para recompor o mínimo ao longo de dez anos.

A primeira regra, explicou, seria a devolução obrigatória do que a inflação do ano anterior retirou do salário.



Leonel Pavan

## Papaléo: salário deveria estar acima de R\$ 660

Papaléo Paes (PMDB-AP) afirmou, em pronunciamento terça-feira, que o salário mínimo deveria estar muito acima de R\$ 660, levando-se em conta a manutenção do seu poder aquisitivo desde a sua criação em 1940.

Papaléo lembrou que a Constituição federal estabelece que o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades

vitais básicas do trabalhador e de sua família, além de receber ajustes periódicos que lhes preservem o poder aquisitivo.

– Diante do texto constitucional, não há qualquer argumento que possa justificar esses reajustes propostos pelo governo, que a bem da verdade atenderá tão-somente menos de 16% das necessidades de uma família.

## Senado decide esta semana sobre MPs

Nove medidas provisórias (MPs) ainda trancam a pauta de votações do Senado. Elas devem ser votadas na segunda e na terça-feira, quando serão realizadas as últimas sessões deliberativas do ano.

Entre as medidas em exame, destaca-se a que institui a Secretaria da Receita Previdenciária (PLV 66/04). O novo órgão vai centralizar as ações relacionadas à arrecadação e à fiscalização e normatização do recolhimento de contribuições sociais a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Também aguardam deliberação dos senadores a MP que estabelece normas para o plantio e a comercialização da soja transgênica na safra 2005 (PLV 67/04), bem como a que autoriza o governo brasileiro a oferecer auxílio técnico aos países africanos que combatem

a praga de gafanhotos (MP 218/04).

Constam ainda da pauta de votações medidas provisórias sobre os seguintes assuntos: cargos em comissão no Executivo (PLV 64/04); planos de

e do Trabalho (MP 224/04).

### Proposta busca mais investimentos no país

Caso a pauta seja desobstruída, os senadores podem votar ainda esta semana o projeto das parcerias público-privadas (PPPs), que tramita na Casa desde março deste ano (PLC 10/04).

Aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no começo do mês, essa proposta constitui um dos principais itens da agenda econômica do governo federal, que pretende, por meio das PPPs, viabilizar diversos projetos de investimento vitais para o desenvolvimento econômico e a integração do país.

Algumas das áreas consideradas vitais são as de telecomunicações, transportes, e geração e distribuição de energia elétrica.

### Plenário precisa desobstruir a pauta para votar parcerias público-privadas

carreira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e de reestruturação de cargos do Ministério da Agricultura (PLV 61/04); carreira de tecnologia militar nas Forças Armadas, gratificações e alteração na remuneração dos cargos de auditoria fiscal no âmbito da Receita Federal, da Previdência Social

INICIATIVA Congresso analisa projeto que aumenta o poder do povo em decisões de interesse nacional

# Proposta amplia participação popular

Embora o Senado Federal e a Câmara dos Deputados já contem com o funcionamento de comissões de Legislação Participativa, uma proposta apresentada em novembro pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e transformada em projeto de lei na semana passada poderá ampliar as iniciativas da sociedade em decisões de interesse nacional, por meio de plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular. De acordo com a proposta, a população precisará ser ouvida em questões como

controle de empresas estatais e mudanças na legislação federal e na criação, fusão ou desmembramento de estados. O projeto foi elogiado pelo presidente da Comissão de Legislação Participativa do Senado, Magno Malta (PL-ES), mas foi avaliada com cautela pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

– Voto a favor, mas tenho dúvidas sobre a eficácia, porque acredito no plebiscito como instrumento que deve ser usado excepcionalmente, não podendo ser banalizado – afirmou.

De acordo com Jefferson Péres, quando é preciso decidir sobre questões complexas, nas quais se deve responder sim ou não, “fica difícil para a população se manifestar, porque ela pode ser facilmente manipulada”. O senador lembrou que “muitas ditaduras usaram o plebiscito como forma de se legitimarem”. E observou que os parlamentares foram escolhidos representantes do povo “para examinar temas complexos que exigem seriedade e amadurecimento na avaliação”.

## Objetivo é o maior envolvimento da sociedade

Os mecanismos previstos na legislação, hoje, não têm sido suficientes para garantir a participação desejada da sociedade nas discussões de temas importantes no Congresso Nacional, argumenta o senador Magno Malta em defesa da proposta. A comissão que preside desde a



Magno Malta

sua criação, em 2002, recebeu até agora 20 propostas de projetos de iniciativa popular.

– Espero que o projeto seja aprovado. Com isso, estaremos abrindo brechas para que a população participe mais de decisões que envolvem os interesses de todos.

A deputada Luiza Erundina

(PSB-SP), relatora da proposta da OAB na Comissão de Legislação Participativa da Câmara, acatou as mudanças apresentadas pela Ordem, com o apoio de entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que lançaram uma campanha nacional a favor do anteprojeto elaborado pelo jurista Fábio Konder Comparato.



ROSE BRASÍLIA/ABR

Mais do que o voto, a urna poderá acolher o ponto de vista do eleitor brasileiro sobre temas de grande interesse nacional

## Criação de estado já usa consulta

A realização de plebiscitos para criação de estados tem sido discutida por senadores que defendem essas novas unidades federativas para o desenvolvimento de algumas regiões. Os novos estados seriam: Planalto Central, em Goiás; Tapajós, no Pará; Araguaia, em Mato Grosso; e um estado no norte de Minas Gerais. O senador Leomar



Papaléo Paes

Quintanilha (PMDB-TO) afirmou na semana passada que o território brasileiro “precisa ser mais bem dividido”.

Sobre a proposta de criação do estado do Planalto Central, que envolveria o Distrito Federal e municípios de Goiás, o senador disse não ter opinião formada sobre a questão, mas observou que “é preciso haver mudanças para atender tanto à população que reside em Brasília quanto à que mora no Entorno do DF”.

Quintanilha citou os casos de Goiás, que cedeu parte do território para a

criação do Tocantins, e Mato Grosso, que gerou Mato Grosso do Sul, como exemplos bem-sucedidos de desmembramento de estados.

– O país precisa diminuir o vazio demográfico de grandes extensões de terras desocupadas e também resolver o vazio político provocado pela ausência de poder nessas localidades – defendeu.

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) - foto - citou a separação do Amapá do Pará, na década de 40, como fator fundamental para o desenvolvimento que o estado tem alcançado.

Para o senador João Batista Motta (PMDB-ES), a criação do estado do Planalto Central poderá se transformar em um marco para que outras regiões possam ser divididas. O senador Aelton Freitas (PL-MG) colocou-se a favor da criação de um estado no norte de Minas Gerais.

## Referendo será testado em 2005

O instituto do referendo, embora previsto na Constituição de 1988, nunca foi usado no Brasil. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que sua realização, prevista para outubro de 2005, representa excelente experiência para que o país avance em consultas populares, permitindo que a população venha a decidir questões polêmicas



Renan Calheiros



Juvêncio da Fonseca

como a pena de morte e a permissão da união oficial entre pessoas do mesmo sexo. “São temas que mexem com paixões, convicções pessoais, religiosas e políticas e, por isso, devem ser avaliadas pelas pessoas em consultas exclusivas, aprimorando e vivenciando a democracia”, defendeu o senador.

– O referendo contra a venda de armas e munições é o principal instrumento do Estatuto do Desarmamento, pois a eficácia do que está previsto na lei dependerá do apoio da sociedade – acredita Renan.

O senador observou que o referendo representa uma experiência pioneira no mundo e que o Brasil “não pode desperdiçar a oportunidade de aprender com a consulta popular e torná-la modelo para as outras iniciativas”.

Contrário ao artigo do Estatuto do Desarmamento que torna crimes inafiançáveis o porte ilegal de arma de fogo e o disparo de arma em local público, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) afirmou que, desde o pronunciamento que fez sobre o assunto no Senado, recebeu centenas de e-mails apoiando a sua posição.

Em uma das mensagens, um cidadão opina que os automóveis também deveriam ser banidos, já que as estatísticas constataam que eles matam mais do que as armas de fogo. Juvêncio garantiu que dará continuidade a sua campanha contra o desarmamento.

– O cidadão de bem não pode ser desarmado, enquanto o bandido está na rua em plena liberdade – argumentou o senador.

## Principais pontos da proposta da OAB transformada em projeto de lei

- Plebiscito deverá ser convocado no caso de concessão administrativa de serviços públicos e alienação de empresas estatais.
- Na criação, subdivisão ou desmembramento de estado ou território federal, o plebiscito deve ser precedido da divulgação de estudo de viabilidade da nova ou das novas unidades políticas.
- Referendo passa a ser obrigatório em leis que envolvam matéria eleitoral, cujo projeto não tenha sido de iniciativa popular.
- Projetos de iniciativa popular passam a ter prioridade em sua tramitação sobre todos os demais projetos de lei não apresentados em regime de urgência.
- Alteração ou revogação de lei, cujo projeto originou-se de iniciativa popular, quando feita por projeto que não teve iniciativa da sociedade, deverá ser submetida a referendo.
- Não se poderá mais exigir dos signatários a indicação de outros dados pessoais, além do nome completo, data de nascimento e domicílio eleitoral.
- Alienação pela União de jazidas de minerais e dos potenciais de energia hidráulica devem passar por plebiscito.

**Plebiscito:** convocado antes do ato legislativo ou administrativo, cabendo à população, pelo voto, aprovar ou rejeitar o que lhe tenha sido submetido

**Referendo:** convocado posteriormente ao ato administrativo, cabendo ao eleitor a sua ratificação ou rejeição

**Iniciativa popular:** consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles

## PLENÁRIO

# Senado aprova ProUni e garante 118 mil bolsas

Depois de uma semana de negociações com o Ministério da Educação, o Senado aprovou a Medida Provisória 213/04, que criou o Programa Universidade para Todos (ProUni). Acordo costurado pelo ministro Tarso Genro e o relator da MP, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), permitiu a manutenção de parte do texto editado pelo Executivo. Isso garantirá a distribuição de 118.078 bolsas de estudos para estudantes de baixa renda se matricularem em universidades privadas. O texto voltará para exame dos deputados.

O programa concede renúncias fiscais para universidades particulares que concederem bolsas de estudo para estudantes carentes, professores de escolas públicas e portadores de deficiência. Para Tarso Genro, “a decisão do Senado melhora substancialmente o projeto que havia sido aprovado pela Câmara”, que reduziu o número de bolsas.

A MP foi aprovada com duas modificações. A primeira estabelece que as universidades poderão oferecer bolsas integrais (100%), de 50% e de 25%. A outra alteração está relacionada

ao percentual de investimentos. Pela proposta original, as instituições ofereceriam bolsas até o limite de 10% de sua receita. A Câmara reduziu para 7% da receita. O texto de Tourinho ampliou para 8,5% a partir de 2006 e garantiu 10% para alunos já inscritos no ProUni.

Apesar do acordo, a votação foi tensa. A tônica das críticas foi o uso de dinheiro público em universidades privadas.

– A bandeira de que verba pública deve ser investida no ensino público está sendo jogada na lixeira da História – lamentou



Relator da MP, Tourinho lidera acordo que resgata parte das vagas cortadas pela Câmara

José Jorge (PFL-PE).

Para Ideli Salvatti (PT-SC), o ProUni não é a solução ideal, mas a “maneira de oferecer 120 mil vagas para alunos de baixa renda”.

## MP libera verbas para vítimas de enchentes



Gerson Camata

A medida provisória que destina R\$ 50 milhões a vítimas das chuvas no Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Sul e Pernambuco e R\$ 10 milhões para reconstruir ponte no Maranhão foi aprovada em Plenário (MP 211/04).

Magno Malta (PL-ES) apresentou parecer favorável, mas disse esperar auxílio para as cidades do Espírito Santo também afetadas. O senador foi apoiado por Gerson Camata (PMDB-ES).

Os senadores pela Bahia Antonio Carlos Magalhães (PFL) e César Borges (PFL), e pelo Piauí, Heráclito Fortes (PFL), Mão Santa (PMDB) e Alberto Silva (PMDB) pediram ajuda a seus estados, que enfrentaram problemas climáticos.

## Congresso aprova créditos suplementares

O Congresso aprovou 28 projetos que alteram programas no Plano Plurianual (PPA) e que abrem créditos suplementares. O maior deles, de R\$ 1,543 bilhão, foi destinado aos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Empresas do grupo Petrobras tiveram crédito de R\$ 179,3 milhões. Já os Ministérios das Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações tiveram reforço de dotação de 168,4 milhões. Foi também aprovado crédito para empresas do grupo Eletrobrás no valor de R\$ 171,4 milhões. Outro projeto abriu aos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional crédito adicional de R\$ 114,5 milhões e motivou o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) a agradecer ao governo “por se lembrar, enfim, do Piauí”.

## Biodiesel integra matriz energética

O Senado aprovou na quinta-feira a medida provisória que autoriza a fabricação no país de biodiesel a partir de plantas oleaginosas (como soja e mamona), e sua adição ao diesel comum. O Plenário, porém, retirou a obrigatoriedade de misturar os dois combustíveis, na proporção de 5% de biodiesel para cada litro de diesel, como havia sido aprovado na Câmara. Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) – órgão de assessoramento da Presidência da República – definir o percentual de mistura.



Tião Viana

Os senadores também aprovaram a ampliação, para todo o Brasil, da concessão de subsídios aos produtores, antes restritos apenas às usinas instaladas nas regiões Norte e Nordeste. Essa alteração foi feita pelo relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), atendendo a pedido de senadores como Hélio Costa (PMDB-MG). Pelo texto original, os grandes beneficiados seriam os produtores rurais e usinas preparadas para trabalhar com a mamona e o dendê. Como a MP foi alterada, voltará para novo exame dos deputados.

A MP faz parte de uma estratégia anunciada pelo governo de substituir gradualmente o óleo diesel pelo “combustível ecológico”. Até a edição da MP, o biodiesel não estava incluído na cesta de combustíveis permitidos no País e seu uso estava restrito à pesquisa. Agora ele passará a integrar o rol das fontes de energia do país, a chamada “matriz energética”, e terá sua comercialização fiscalizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), como já ocorre com o álcool e a gasolina.

A medida provisória ainda determinou a criação de linhas de crédito específicas, com juros facilitados, para os produtores e usineiros, além de isenções tributárias.

## Remuneração de servidores públicos

Das oito medidas provisórias aprovadas pelos senadores na semana passada, quatro tratavam de remuneração de funcionários públicos e alterações em cargos e funções de diversas estatais. A primeira MP examinada (208/04) instituiu a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) nas universidades públicas federais. Os valores serão pagos de acordo com o grau de titulação dos professores (especialização, mestrado ou doutorado) e o número de horas-aula ministrado. “Os efeitos da medida atingirão 73.483 servidores”, disse a relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO).

O Plenário também aprovou reajuste de 10% para os integrantes das Forças Armadas. O aumento, previsto na MP 215/04, beneficia 549 mil pessoas, entre militares ativos, aposentados

e pensionistas. O relator-revisor, senador Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou que o governo, com a medida provisória, procura recompor em parte o poder de aquisitivo dos militares.

Outra MP analisada (212/04) reajustou as remunerações de servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria do Patrimônio da União. Relator-revisor da matéria, Paulo Octávio (PFL-DF) estendeu o reajuste a policiais militares e bombeiros do DF e dos ex-territórios. Com isso, a MP volta para a Câmara.

O Senado acolheu ainda a MP 210/04, que criou e reestruturou carreiras, cargos e funções comissionadas do serviço público federal. O relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), introduziu mudanças no texto, que volta à Câmara.

## Menos imposto para previdência complementar

O Plenário aprovou o projeto de conversão (PLV 56/04) da medida provisória (MP 209/04) que altera as regras da previdência complementar, dando tratamento mais uniforme aos diversos tipos de previdência privada, desonerando as aplicações dos recursos desses fundos e incentivando as aplicações de longo prazo. A matéria vai à sanção.

O projeto institui novas regras para a previdência privada, mas em caráter opcional para as pessoas que ingressarem em planos de benefícios a partir do

ano que vem. O relator-revisor da matéria no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o projeto “aprimora a situação tributária da poupança previdenciária”, ao incidir a arrecadação de imposto apenas quando houver o pagamento do benefício ao segurado, não mais na aplicação. A medida também estimula o investimento a longo prazo, disse o relator. Jucá apresentou emenda de redação, aprovada em Plenário.

A principal alteração é a diminuição progressiva da tributação.

Assim, a alíquota de 35% alcançará aplicações resgatadas em menos de dois anos; 30% para os recursos com prazo entre dois e quatro anos; 25% para a poupança previdenciária acumulada por período entre quatro e seis anos; 20% para o prazo de seis a oito anos; 15% para o período de oito a dez anos; e 10% para períodos superiores a dez anos.

Na discussão da matéria, Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) apoiaram a proposta, mas criticaram o acionamento no exame da matéria.

## Alberto Silva é eleito para o Conselho da República

Por 50 votos a favor e 2 abstenções, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) foi eleito na quarta-feira para a vaga do Senado no Conselho da República. A indicação foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, que lembrou ser Alberto Silva o decano da Casa, e elogiou seu conhecimento da vida política, econômica e social brasileira.

– Vejo que a indicação foi sábia. Alberto Silva contou com o apoio unânime do Plenário por ser exemplo de dignidade e trabalho – avaliou Sarney.

Alberto Silva manifestou a dificuldade de substituir Celso Furtado, um “mestre consagrado”, mas disse que o país não se decepcionará.

A indicação foi apoiada pelos senadores Mão Santa (PMDB-PI), Heráclito Fortes (PFL-PI), Eduardo Suplicy (PT-SP), Hélio Costa (PMDB-MG), Ney Suassuna (PMDB-PB), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Magno Malta (PL-ES), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Efraim Morais (PFL-PB).



Alberto Silva agradece apoio e diz que o país não se decepcionará

## Plenário escolhe nomes para comissão representativa

O Plenário aprovou na terça-feira (14) os nomes dos representantes do Senado que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional que atuará durante o recesso do Legislativo. O mandato da comissão se estenderá de 16 de dezembro deste ano a 14 de fevereiro de 2005.

Foram indicados, como titulares, os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC), Paulo Octávio (PFL-DF), Delcídio Amaral (PT-MS), Ideli Salvatti (PT-SC), José Sarney (PMDB-AP), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

Para suplentes, os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Demostenes Torres (PFL-GO), Sibá Machado (PT-AC), Serys Slhessarenko (PT-MT), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Valmir Amaral (PMDB-DF) e Heloísa Helena (PSOL).

## COMISSÕES

# Banestado: decisão pode ser esta semana

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado foi apresentado na semana passada, depois de 18 meses do início dos trabalhos. O relator, deputado José Mentor (PT-SP), pediu o indiciamento de 91 pessoas, entre elas o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. O relatório de mais de 600 páginas pode ser votada até amanhã.

Durante a fase de investigação, a CPI analisou 1,6 milhão de operações financeiras. O resultado de todo esse trabalho foi a mais extensa operação de quebra de sigilos bancários da história do Congresso.

A CPI foi criada para investigar a remessa de dinheiro para o exterior por meio de contas CC-5 no Banestado. Criadas pelo Banco Central, essas contas bancárias permitem que pessoas ou empresas enviem recursos para bancos situados em outros países. A comissão analisou contas que teriam remetido dinheiro sem notificação ao Banco Central ou à Receita Federal.

Gustavo Franco é acusado de ter autorizado, em 1996, depósitos vindos do exterior em

contas CC-5 além do limite legal permitido, que na época era de R\$ 10 mil. Segundo o relatório, essa decisão criou uma brecha legal que facilitou o esquema de evasão de divisas a partir da cidade de Foz do Iguaçu (PR). Já Celso Pitta é acusado de crime de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, declaração falsa às autoridades fazendárias e ocultação de bens.

A oposição criticou o relatório,

## Mentor sugere medidas para combater a sonegação

O relatório do deputado José Mentor informa que a evasão de divisas que teve início em Foz do Iguaçu (PR), em 1996, em uma agência do Banestado, poderia ter sido evitada caso houvesse maior entrosamento entre instituições como Receita Federal, Polícia Federal e Banco do Brasil. Para Mentor, essas instituições agiram de forma burocrática, prejudicando toda uma averiguação. Por isso ele sugere a criação de um comando centralizado para combater a sonegação.

O relator pede ainda a criação de normas para empresas de

insistiu na tese de que houve partidização e cobrou nomes como o do atual presidente do Banco Central, Henrique Meireles. Arthur Virgílio (PSDB-AM) qualificou o texto como “uma peça eivada de defeitos”. Ele lamentou a ausência de acusações a Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, que, para o senador, pode ter se dado em agradecimento a favores políticos praticados nas últimas eleições.

factoring, que, segundo ele, “são as principais responsáveis pela evasão de divisas”; a ampliação das punições; e a repatriação do dinheiro que saiu ilegalmente do país.

Mentor apontou ainda a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) como responsáveis por operações ilegais. Segundo ele, as duas estatais colocaram dólares no exterior nas mãos de pessoas que manipulavam o mercado paralelo. O Ministério Público irá completar as investigações.



Relatório de José Mentor (sentado, ao lado do presidente da CPI, Antero de Barros) pede o indiciamento de 91 pessoas

CÉLIO AZEVEDO

## CPI do Desmanche conclui investigação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desmanche aprovou na quarta-feira (15) relatório final no qual registra que “há indícios quanto à participação de empresas e órgãos públicos nos procedimentos de alienação de veículos oriundos de perda total, que são, em quantidade incalculável, adquiridos por quadrilhas, que, depois, roubam veículos idênticos”. A CPI apresentou projeto de lei exigindo que o proprietário de veículo irrecuperável ou desmontado requeira a baixa do registro em 30 dias. A vice-presidente da comissão, deputada Mariângela Duarte (PT-SP), votou contra o relatório, por considerar que ele “só pegou a arraia-miúda” e não tratou das seguradoras.



Presidida por Tuma, comissão aprovou relatório final na quarta-feira

A comissão, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e que teve como relator o deputado Hidekazu Takayama (PMDB-PR), foi instalada em dezembro de 2003 e ouviu dirigentes dos Detrans e autoridades policiais de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, além de proprietários de revendedoras de veículos “salvados”, representantes do Ministério Público de São Paulo e da Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo, entre outras instituições. A CPI realizou diligências no Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro e audiências públicas em Brasília, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

## Projeto coíbe roubo de veículos

O projeto apresentado pela CPI do Desmanche determina que a obrigação de requerer a baixa do registro seja do proprietário do veículo ou da companhia seguradora. A norma em vigor é a de que a obrigação é da seguradora ou do adquirente do veículo destinado à desmontagem, quando eles sucederem ao proprietário.

As demais regras do projeto são acréscimos ao Código de Trânsito Brasileiro. Entre elas, a definição de que é irrecuperável todo veículo que, em razão de sinistro, intempérie ou desuso, tenha sofrido danos ou avarias na sua estrutura, capazes de inviabilizar a recuperação que atenda aos requisitos da segurança para a circulação nas vias públicas.

## Mudança na punição para compra de voto

As modificações no dispositivo da Lei Eleitoral (9.504/97) que trata da chamada compra de votos, estabelecidas em projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), tiveram boa aceitação na audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria tem como relator Marcelo Crivella (PL-RJ).

O projeto (PLS 76/03) altera a data inicial pela qual se caracteriza compra de votos, que passará a ser, se aprovada a matéria, “desde a escolha na convenção partidária” e não mais a partir do “registro” do candidato. Estabelece também o prazo de 15 dias após o pleito para apresentação de denúncia na Justiça; determina que a cassação do registro da candidatura ocorra depois da publicação da decisão judicial e que os efeitos da sentença sejam suspensos até a decisão definitiva do tribunal superior.



Presidente do STF, Jobim (ao lado de Lobão, Crivella e Fernando Neves) elogiou a forma como o Senado tem conduzido o assunto

CÉLIO AZEVEDO

Presente à audiência pública, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, disse considerar que o Senado tem conduzido a discussão do assunto de forma adequada.

Marcelo Crivella lembrou o processo envolvendo o senador João Capiberibe (PSB-AP) para questionar a validade da prova testemunhal para esse tipo de

acusação contra candidatos.

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fernando Neves da Silva, afirmou que seria muito complicado extinguir a prova testemunhal.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) sugeriu ampliar para 30 dias o prazo para interposição de ação na Justiça com denúncia de compra de voto.

## Senado deve acompanhar investigação sobre grilagem

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou na quarta-feira (15) requerimento de autoria do senador César Borges (PFL-BA) que solicita a criação de uma subcomissão temporária para acompanhar o prosseguimento da Operação Faroeste, da Polícia Federal (PF).

De acordo com a PF, a operação, desencadeada no início de dezembro, teve o intuito de desarticular uma quadrilha especializada em grilagem de terras públicas na Região Norte, em especial na cidade de Santarém, no oeste do estado do Pará.

## Subcomissão da Operação Pororoca aprova agenda

A Subcomissão Temporária da Operação Pororoca, que funciona no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), destinada a acompanhar as investigações realizadas pela Polícia Federal sobre fraudes em licitações, aprovou o programa de trabalho do colegiado, presidido pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

No roteiro de trabalho constam ida a Macapá (AP) para audiência com os procuradores federais Paulo Roberto Olegário de Souza e José Cardoso Lopes, que acompanham o caso, e audiência com o juiz federal Ancelmo Gonçalves da Silva.

A subcomissão contará ainda com o auxílio do ministro Valdir Pires, da Controladoria Geral da União, para apurar as denúncias.

## COMISSÕES

# Governo quer investir R\$ 6,5 bi em rodovias

Até o fim de 2005, entre 65% e 75% das rodovias federais do país estarão restauradas, segundo previsão do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, durante audiência pública das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC).

Para garantir a recuperação das estradas, o ministro disse contar com aproximadamente R\$ 6,5 bilhões para o ano que vem. Desse total, R\$ 3,5 bilhões já estão previstos no projeto de Orçamento da União; R\$ 2,5 bilhões estão contidos em aditivo ao projeto a ser enviado ao Congresso; e outros R\$ 500 milhões seriam aplicados a partir de emendas de parlamentares ao projeto de Orçamento.

Ele lembrou que os problemas de infra-estrutura do país são antigos. E considerou equivocada a opção preferencial do Brasil pelas rodovias, mas argumentou que a mudança de prioridade em direção às ferro-



Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (entre Suassuna e Tebet) defendeu novas opções para o escoamento da produção

vias e hidrovias leva tempo. Por isso, afirmou estar empenhado na recuperação da malha rodoviária.

Nascimento relatou que o Ministério dos Transportes já não tem mais dívidas referentes a obras realizadas em 2002 e 2003.

## Corredor de transporte estimula crescimento

O ministro defendeu a adoção de novas opções de logística, que garantam o escoamento da produção e estimulem o crescimento econômico. Entre as opções, citou os corredores

de transportes formados pelas ferrovias Norte-Sul e Transnordestina e pelos portos de Itaqui (MA), Pecém (CE) e Suape (PE). Nascimento observou que os principais portos em funcionamento no país não dispõem de áreas para instalação de indústrias. E ainda enfrentam problemas de acesso por terem sido construídos para navios menores, salientou.

Conforme destacou, Itaqui, Pecém e Suape têm condições de ampliação e instalação de indústrias, além de poderem receber navios de grande porte.

## Senadores criticam desvio de recursos da Cide

O uso de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para compor o superávit primário foi criticado pelos senadores.

O presidente da CI, José Jorge (PFL-PE), e o senador César Borges (PFL-BA) destacaram que os recursos da Cide não têm sido totalmente aplicados em infra-estrutura. Eduardo

Azeredo (PSDB-MG) observou que apenas 68% das verbas previstas foram empenhadas. Já Delcídio Amaral (PT-MS) e o presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), criticaram a falta de investimentos na Novoste.

Valdir Raupp (PMDB-RO), Ana Júlia (PT-PA), Leonel Pavan (PSDB-SC), Mão Santa (PMDB-PI) e Garibaldi Alves Filho

(PMDB-RN) também apresentaram demandas ao ministro, e Ideli Salvatti (PT-SC) previu para breve a duplicação da BR 101, no trecho de Santa Catarina.

Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Serys Shessarenko (PT-MT) pediram recursos para rodovias de Mato Grosso e Magno Malta (PL-ES) elogiou a atuação do ministro.

## Remetida à CCJ proposta que proíbe incentivo ao tabaco

A proibição de incentivos fiscais à indústria tabagista, como estabelece projeto de lei da Câmara (PLC 53/03), terá de obter parecer prévio da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Requerimento do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) com esse pedido foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Assim, a CAE só voltará a examinar o relatório do senador Almeida Lima (PDT-SE), favorável ao projeto, depois da análise pela CCJ. Almeida Lima lembrou, em seu relatório, que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou por unanimidade, e em caráter terminativo, em 11 de dezembro de 2002, voto do relator na forma de substitutivo, que assegurava a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta.

Na justificativa do projeto, de autoria do deputado Wilson Santos, é enfatizado que os malefícios pelo consumo do fumo são hoje bem conhecidos e divulgados, sendo necessárias medidas para desencorajar sua produção, como forma de desestimular o uso. A proposta sugere "lutar contra a fortificação das fontes geradoras, quer na expressão da produção, do comércio e do consumo".



Almeida Lima

## Cristovam sugere representação parlamentar no exterior

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) propôs à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que seja analisada, no próximo ano, proposta de criação de representações parlamentares no exterior voltadas para o atendimento aos cidadãos brasileiros que moram fora do país. Ele explicou que esse tipo de proposição altera a Constituição e por isso encomendou estudo técnico à Consultoria Legislativa.

– Acho que está na hora de o Brasil ter, no exterior, parlamentares eleitos, assim como faz a Itália, Espanha e Portugal – recomendou Cristovam, informando que já existem cerca de 3 milhões de brasileiros morando no exterior.

Ainda de acordo com o parlamentar, esse tipo de representação política não cuidaria da parte administrativa dos emigrantes, tarefa já desempenhada pelas embaixadas e consulados, mas sim da elaboração de leis que possam auxiliar e garantir direitos a essas pessoas e suas gerações futuras.

O presidente da CRE, Eduardo Suplicy (PT-DF), apoiou a proposta. Os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Hélio Costa (PMDB-MG) demonstraram preocupação com a situação dos brasileiros que vivem de forma ilegal em outros países.



Cristovam

## Compensação para estado produtor de petróleo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) favorável a projeto que trata de nova repartição dos royalties e da participação especial incidentes sobre o acréscimo



Sérgio Cabral

na produção de petróleo e gás.

Acordo firmado entre o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e o autor do projeto, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), viabilizou a aprovação da matéria na CAE. O governo aceitou realizar as audiências com representantes dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, propostas por Mercadante, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), onde serão feitos os entendimentos sobre o mérito do projeto (PLS 222/04).

Cabral sustenta em seu projeto que essa nova distribuição é uma forma de compensar os estados produtores de petróleo e gás pelas perdas com a "regra discriminatória" do Imposto sobre Circulação

de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo o senador, a legislação determina o pagamento de ICMS sobre esses produtos no destino, enquanto a incidência do tributo sobre os demais artigos recai na origem. O Rio de Janeiro, exemplificou, deixa de arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão com esse sistema de recolhimento do imposto.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o projeto corrige distorções na partilha dos recursos entre os estados produtores e os municípios.

## Novas regras para a pesca são aprovadas na CAE

Na última reunião do ano da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), realizada na quarta-feira, foi aprovado relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável a projeto de lei da Câmara (PLC 29/03) que



Garibaldi Alves Filho

regula as atividades da pesca e da aqüicultura no país, na forma de substitutivo. A matéria será ainda submetida à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Com 31 artigos, o projeto é bastante abrangente e expressa, segundo o relator, consenso sobre as normas legais que devem disciplinar o setor. Garibaldi explicou que o texto aprovado na Câmara antecede a criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (Seap)

e que, por essa razão, o projeto foi submetido a ampla análise e discussão, que resultou no seu relatório.

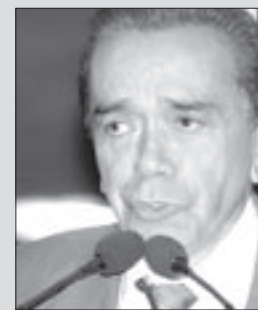
Ele ponderou que não são alterações substanciais. Constam, entre elas, a limitação do instrumento da parceria

apenas à pesca artesanal. Outra mudança foi a proibição do transbordo do produto de pesca para exportação, ou seja, a transferência do produto da embarcação de pesca para a de transporte mercante.

O projeto define o que são as duas atividades, a sua abrangência e os seus agentes. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que relatou a matéria na Comissão de Justiça, destacou a importância do substitutivo de Garibaldi.

## Projeto obriga instalação de condutor-terra

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador João Batista Motta (PMDB-ES) favorável a projeto da Câmara que obriga a instalação, em toda construção,



João Batista Motta

de sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, em todo construção,

de sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, em todo construção, de sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, em todo construção,

e do respectivo adaptador macho tripolar. Para o relator, essas medidas representam proteção indispensável ao usuário dos serviços de energia elétrica, comum nos países mais avançados. O projeto vai agora para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na mesma reunião, os membros da CCJ aprovaram parecer do senador José Jorge (PFL-PE) favorável a projeto, também da Câmara, que acresce o vocábulo 'peso' nas informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação do produto.

## COMISSÕES

# Demarcação de reserva indígena pode ter limite

Área destinada às terras indígenas e às unidades de conservação ambiental não poderá ultrapassar, conjuntamente, 50% da superfície de cada unidade da Federação. O limite é previsto em proposta de emenda à Constituição aprovada na quarta-feira (15) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O autor da proposta é o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS), em cujo estado, Roraima, a Funai planeja demarcar a reserva Raposa/Serra do Sol.



Mozarildo Cavalcanti é autor da PEC que limita a extensão das áreas indígenas

A PEC, que leva o número 38/99, recebeu parecer favorável (com emendas) do relator, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Além de limitar a área das reservas à metade da área do estado, a proposta

atribui ao Senado competência para aprovar o ato demarcatório das terras indígenas, a partir de proposta do Executivo.

Quintanilha afirma que o impacto causado pelas preocupações com o meio ambiente e

pelo novo enfoque da proteção aos índios após a Constituição de 1988 levou, inicialmente, a "compreensível superdimensionamento" das medidas adotadas nas questões indígena e ambiental. Na esfera das terras indígenas, segundo o relator, vários estados brasileiros "têm sofrido o comprometimento de elevadas proporções de seus territórios, em decorrência da demarcação de áreas exageradamente vastas".

Para o relator Leomar Quintanilha, "os excessos cometidos no passado recente" têm sido objeto de flexibilização, que, afirma, não compromete a defesa do meio ambiente e a proteção dos índios. A PEC, acrescentou, situa-se no contexto dessa flexibilização.



Indicado para a Aneel, Jerson Kelman (observado por José Jorge e Augusto Botelho) fala à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

## Comissões finalizam trabalho do ano e aprovam indicações

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a indicação do engenheiro Jerson Kelman para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em substituição a José Mario Abdo. Kelman foi diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) e será substituído por José Machado, cuja indicação também foi aprovada pela CI. Machado é ex-deputado federal e atual prefeito de Piracicaba (SP).

A indicação de Aloysio Silva Corrêa da Veiga para ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) também foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Veiga

deixa o cargo de juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para ocupar a vaga no TST decorrente da aposentadoria do ministro Francisco Fausto.

Na quarta-feira, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou três indicações de embaixadores do Brasil no exterior. Foram acatadas as indicações dos diplomatas José Viegas Filho, ex-ministro da Defesa, para a embaixada do Brasil na Espanha; Vitória Alice Cleaver, para o cargo na Nicarágua; e José Augusto Lindgren Alves, para acumular as embaixadas na Bulgária e na Bósnia-Herzegovina.

As indicações precisam ser apreciadas em Plenário.

## Desenvolvimento da região do Parque do Tumucumaque

Parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), favorável e com emendas, a projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) – foto – que institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá, foi aprovado quarta-feira (15) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta será agora examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o texto, o plano abrange os municípios

de Calçoene, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio. Os programas e projetos prioritários para execução do plano serão financiados com recursos orçamentários da União, estado e municípios abrangidos, além de operações de crédito internas e externas. O plano será administrado por um conselho deliberativo, a ser presidido pelo governador do



José Sarney

Amapá e integrado por representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos e da sociedade civil.

Os programas localizados nos municípios do entorno do parque, de acordo com a proposta, receberão tratamento preferencial por parte das instituições de assistência técnica e de crédito federais e das que recebam recursos da União.

## Uso de silicone por adolescente é aprovado

As adolescentes, após decisão do médico, poderão continuar a usar silicone do tipo gel ou injetável para corrigir distúrbios nas glândulas mamárias ou apenas para aumentar o tamanho dos seios. A decisão foi tomada quarta-feira (15) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao rejeitar emenda de Plenário que proibia o uso da prótese em menores de 18 anos. O substitutivo voltará ao exame do Plenário e, depois, retornará para a Câmara dos Deputados, já que foi modificado no Senado.

O projeto (PLC 26/99) tramita

desde 2001 no Senado, onde foi alterado. Em 2002, a proposta foi votada pelo Plenário, mas, ao ser emendada, retornou às Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na reunião de quarta-feira da CAS, o senador Augusto Botelho (PDT-RR), que é médico, observou que a prótese de silicone gel pode corrigir dois tipos de distúrbios: a amastia (ausência de desenvolvimento da mama) e a hipoplasia mamária (insuficiência no desenvolvimento da glândula). Os problemas, segun-

do ele, manifestam-se durante a adolescência e podem acometer uma ou ambas as mamas.

– A correção cirúrgica, com a aplicação de próteses de silicone gel, é importante para o bem-estar e desenvolvimento psicológico da adolescente. Uma mama tem enorme importância não apenas na amamentação, mas também no desenvolvimento da sexualidade feminina – disse.

Elogiaram o parecer de Augusto Botelho os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).

## CAE autoriza empréstimo para o Bolsa-Família

O financiamento do Banco Mundial no valor de US\$ 572,2 milhões para estimular o programa Bolsa-Família obteve parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na quarta-feira. Depois de ter sua votação adiada



Eduardo Suplicy

em duas reuniões da CAE, o relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) foi aprovado por unanimidade. A autorização para essa operação externa será submetida ao Plenário em regime de urgência, conforme requerimento de Suplicy.

Com prazo de desembolso até dezembro de 2006 e um custo efetivo de 4,75% ao ano, inferior ao que custariam as emissões de títulos do Tesouro Nacional para essa captação (9,86% ao ano, de acordo com cálculos

da Secretaria do Tesouro Nacional), a operação suscitou muita discussão na CAE.

O relator explicou várias vezes que se trata de nova modalidade de financiamento, em que o Banco Mundial reembolsa ao governo

federal recursos já despendidos com o Bolsa-Família. Segundo Suplicy, esse tipo de reembolso não está vinculado a um determinado setor definido *a priori*, podendo o governo decidir onde irá aplicá-lo.

Questionado pelo senador César Borges (PFL-BA), o relator esclareceu que as condições para liberação dos recursos estimulam o Bolsa-Família, pois os valores de reembolso estão atrelados ao cumprimento de metas do programa.

## Mais debate sobre o Diploma Bertha Lutz

Recebeu apoio da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a sugestão da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – foto – para ampliar a atuação do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, permitindo que seus integrantes promovam encontros e seminários nos estados. O parecer favorável do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) aos aspectos jurídicos e constitucionais do projeto de resolução (PRS 2/01) foi aprovado pela comissão. A matéria, já apreciada pela Comissão de Educação (CE), será submetido agora à Comissão Diretora do Senado.

A intenção é ampliar a abrangência do conselho, que concede anualmente a cinco mulheres o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.



Serys

## Acordo sobre visita de filho em caso de separação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou relatório do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) favorável ao projeto de lei (PLC 24/04) que modifica o Código de Processo Civil para determinar que a petição da separação consensual inclua, como requisito indispensável, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores. Deverá ser estabelecida ainda a repartição das férias escolares e dos dias festivos. A matéria será submetida ao Plenário. A CCJ também acolheu relatório de Demostenes Torres (PFL-GO) a projeto (PLC 23/02) que proíbe advogados de atuar no Ministério Público e em tribunais em que possuam laços de parentesco até o segundo grau.

## Flávio Arns quer ampliar benefício para deficientes

O presidente da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, senador Flávio Arns (PT-PR), defendeu a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), com o objetivo de atender um número maior de deficientes e idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada. Em audiência com representantes dos portadores de necessidades especiais e do governo, Arns afirmou que a soma da renda *per capita* familiar para o deficiente fazer jus ao benefício deve ser elevada do atual um quarto do salário mínimo para metade ou até o salário inteiro. Segundo Ana Maria Barbosa, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o governo federal investe R\$ 3 bilhões no programa, que atende cerca de 1,116 milhão de deficientes.

## PLENÁRIO

# Crivella: imigrante ilegal vive situação desumana

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) fez um relato da viagem que ele e outros parlamentares empreenderam aos Estados Unidos para trazer de volta 70 brasileiros presos por entrarem ilegalmente naquele país. Segundo Crivella, fugindo do desemprego no Brasil, muitos jovens, inclusive com formação universitária, caem nas mãos dos chamados coiotes, criminosos que lhes prometem ajuda para cruzar a fronteira entre o México e o território norte-americano. No final, os brasileiros são abandonados e acabam presos.

O parlamentar comparou a situação vivida pelos brasileiros à de “escravidão”, já que servem ao sistema penitenciário privado dos Estados Unidos,



J. FREITAS

**Para Crivella, jovens arriscam a vida em busca de emprego e melhores condições de vida**

que lucra com a permanência deles no cárcere. Crivella disse ter ficado muito triste ao ver as condições desumanas com que são tratados esses imigrantes ilegais, até no momento em

que são soltos e encaminhados aos vãos fretados pelo governo brasileiro, trajando roupas que nem são as deles.

– As prisões norte-americanas têm sido um espelho vergonhoso da incapacidade que temos tido, como nação, de oferecer perspectivas de vida e de realização profissional à nossa juventude – lamentou o parlamentar.

Ele citou como exemplo das más condições do Brasil as altas taxas de desemprego nos centros urbanos, onde 65% dos desempregados são jovens entre 15 e 24 anos. Em 2003, 5.208 brasileiros foram presos e deportados dos Estados Unidos, número que subiu a 8.852 em 2004.

## César Borges pede verbas para o ensino básico

O senador César Borges (PFL-BA) conclamou o governo a fazer uma revolução educacional para garantir crescimento econômico, geração de empregos e combate à desigualdade social. Segundo ele, essa revolução precisa começar pela educação básica, que engloba a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio.

Ele disse haver uma distorção nos gastos com a educação, pois o ensino universitário gasta 17 vezes mais por aluno do que o ensino básico. A título de comparação, na Coreia do Sul essa proporção é de dois para um, comentou o senador.

Segundo César Borges, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, conseguiu grandes avanços no ensino fundamental, mas precisa ser complementado por esforços semelhantes em relação à pré-escola e ao ensino médio.

## Motta cobra medidas de combate à criminalidade

A imediata adoção, pelo governo federal, de políticas eficientes no combate à criminalidade foi cobrada pelo senador João Batista Motta (PMDB-ES). Para ele, a ausência de segurança na maioria dos grandes centros urbanos fortalece o crime organizado e o narcotráfico, “mostrando que a ineficiência do Estado brasileiro no setor chegou a um nível insuportável”.

No entender do senador, o combate à violência passa pela aprovação de leis eficazes, destinadas a diminuir brechas na legislação que facilitam manobras de proteção judicial, atreladas ao aparelhamento da polícia, programas adequados de integração social e melhoria das condições de vida do cidadão, especialmente o de baixa renda.

Motta observou que problemas como o aumento da violência, o desemprego e a falta de acesso à educação de qualidade têm prejudicado o crescimento econômico do país. Como exemplo, citou recente pesquisa dando conta de que os empresários do município de Serra (ES), que abriga cerca de 152 indústrias, estão assustados com o aumento da violência na região.

## Juvêncio defende o direito à posse de arma

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) agradeceu às pessoas que estão enviando e-mails ao seu gabinete, prestando solidariedade à campanha contra o desarmamento da família brasileira. Ele disse estar recebendo centenas de mensagens de várias localidades do país.

– Sinto que há um desespero



Juvêncio

da população só em pensar que a família possa estar desarmada diante dessa bandidagem, sem o Estado para reprimi-la. Sinto que a população quer uma ação forte que contribua para que seja “não” a resposta no plebiscito do próximo ano – afirmou o senador. O plebiscito a que o senador se refere é para consultar a população sobre a proibição da

comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional e será realizado em outubro de 2005.

Juvêncio ressalta que necessita continuar com sua arma de fogo, registrada, em sua residência para proteger sua família e sua incolumidade física. Na avaliação do senador, o povo brasileiro não pode deixar de ter o direito de reagir às agressões de que é vítima em sua própria casa.

## Suassuna alerta para violência contra jovens

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou sua indignação com a violência crescente no país, que vem vitimando principalmente os jovens entre 15 e 24 anos de idade. Nos últimos três anos, salientou o senador, o número de jovens assassinados no Brasil foi maior do que o de soldados norte-americanos mortos em dez anos de guerra no Vietnã – 55 mil.

Suassuna mostrou, em Plenário, um quadro doado pelo pintor alagoano Sátyro, que será entregue ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz

Bastos. Intitulado *Bala Perdida*, a obra mostra uma mãe com seu filho assassinado ao colo. A idéia, disse o senador, é sensibilizar governo e sociedade “para a matança dos nossos jovens”, que é ainda maior entre os negros e os pobres.

O senador citou dados do documento da Unesco *Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil*, mostrando que, entre 1993 e 2002, os homicídios entre jovens cresceram 88,6%. Na população em geral, o aumento foi de 62,3%, índice quatro vezes maior do que o aumento populacional no período.

## Mozarildo quer definir questão fundiária em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por uma solução para a questão fundiária do estado de Roraima. Mozarildo disse que, do jeito que está, “é como se o estado fosse virtual”, uma vez que o governador realizou uma titulação oficial de terras, por meio do Instituto de Terras do estado, e o Supremo Tribunal Federal (STF) a anulou.

– Estamos sendo tratados como se ainda fôssemos um território, onde o governo federal pinta e borda. Como um estado

da Federação, temos nossos direitos, que precisam ser respeitados – afirmou o senador.

Mozarildo lembrou que o governo criou um grupo interministerial para elaborar projeto definindo reservas indígenas, áreas de fronteira, reservas ecológicas e terras para plantações. Mas o relatório não foi publicado “e ninguém conhece seu teor”, protestou ele.

Os atuais produtores de arroz e soja, observou, temem expandir seus negócios porque se sentem inseguros em relação à questão fundiária.

## Sibá apóia normas para gestão de florestas públicas

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu o anteprojeto de lei do governo para a gestão de florestas públicas por meio de instrumentos como a criação de unidades de conservação e a concessão de florestas, garantindo o seu uso eficiente e



Sibá Machado

respeitando os valores culturais. De acordo com o senador, o anteprojeto prevê a criação do Serviço Florestal Brasileiro e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, “ponto fundamental para o desenvolvimento do setor”. Sibá frisou que

a proposta recolheu subsídios a partir de consulta pública e recebeu mais de 600 emendas.

O senador lembrou que mais de 90% de nossa produção florestal nativa vêm da Amazônia. Disse que o país tem a segunda maior

área florestal do mundo, ficando atrás apenas da Rússia, tendo a maior diversidade de espécies do planeta. Mesmo assim, lamentou ele, não existe no arcabouço jurídico instrumento normativo que defina a gestão das florestas públicas.

## PSOL tem as assinaturas para seu registro, diz Heloísa

O PSOL conseguiu as 438 mil assinaturas necessárias à legalização, informou na terça-feira ao Plenário a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Ela observou que a marca é obtida no momento em que completa um ano a expulsão dela e de outros parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) por divergências com o governo Lula.

A parlamentar assinalou que a luta pela criação do novo partido faz parte do sonho de implantação de uma sociedade socialista. Lembrando os motivos da expulsão e as posições assumidas pelo governo, Heloísa reafirmou seus princípios contrários ao capital e às facilidades do poder.

– Nosso compromisso é com os trabalhadores e com a liberdade; não com os novos dogmas do capitalismo – disse ela.

Segundo a senadora, o esforço dos fundadores do partido foi elaborar um programa com base em discussões com o maior número de pessoas possível.

## Câmaras mantêm gastos com menor número de vereadores

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou o Plenário para os gastos proporcionalmente maiores das câmaras de vereadores do Brasil, pois elas mantiveram o mesmo orçamento da legislatura anterior, apesar da redu-



Valadares

ção do número de vereadores aprovada pelo Congresso no primeiro semestre deste ano.

Valadares lembrou que foi o relator da proposta de emenda

à Constituição que determinou a mudança, mas foi voto vencido.

– A proposta derrotada previa diminuição do número de vereadores com redução proporcional dos gastos das câmaras. Eu alertei para o fato de que,

sem a previsão da redução de gastos, as câmaras manteriam o mesmo nível de despesas, mesmo com número menor de vereadores – explicou ele.



## PLENÁRIO

# Sarney critica as MPs e reitera apoio a Lula

O presidente do Senado, José Sarney, sugeriu quinta-feira que o poder de edição de medidas provisórias (MPs) pelo Executivo fique restrito a matérias de cunho econômico e financeiro, e aos créditos especiais, para casos de calamidades públicas. "O veneno da MP está matando o Congresso dia a dia", advertiu ele em entrevista.

O senador reiterou apoio ao governo, previu a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva e lamentou a crise no PMDB. Também defendeu uma reforma política e comentou sua sucessão no Senado.

— É uma experiência extraordinária para o país ter um operário presidente. Anunciavam que seria uma catástrofe, e, ao contrário, ele está se desempe-

nhando muito bem.

Quanto à sucessão na Presidência da Casa, Sarney disse que Renan Calheiros "é um grande nome do Senado", mas

*"O veneno da medida provisória está matando o Congresso dia a dia"*

acrescentou que o assunto também precisa ser discutido com os partidos de oposição.

Reforma política

Falando sobre a reforma política, ele pregou mandato presidencial de seis anos — vedada a reeleição —, mas sem prorrogação do atual período

de governo, e a instituição do voto distrital misto.

Para José Sarney, o PMDB não está numa fase muito boa. "Agora, estamos num momento difícil, com duas facções com pensamentos diferentes, mas espero que isso passe."

Ao rebater as críticas ao recesso legislativo, lembrou a necessidade de contatos dos políticos com as bases, argumentando que a "atividade parlamentar não se exerce só dentro do Congresso".

Sarney esclareceu que a iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) de fixar os salários dos ministros está dentro da lei.

Sobre o Mercosul, o senador disse que o Brasil nunca quis ser hegemônico, o que obriga o país a ceder em favor da integração latino-americana.

## Senadores querem adotar novas regras

Em sete de cada dez sessões deliberativas realizadas pelo Senado Federal este ano, apenas medidas provisórias (MPs) tiveram prioridade nas discussões e votações. O dado consta de levantamento feito pela Secretaria Geral da Mesa, que analisou as 92 sessões deliberativas de 2004.

Em apenas 28 ocasiões ao longo do ano, os senadores puderam dispor de tempo para discussão e deliberação sobre propostas de emenda à Constituição (PEC) e projetos de lei, a exemplo da reforma do Poder Judiciário — já promulgada —, da Lei de Falências e da Lei de Biossegurança.

Isso porque, pelas regras atuais, previstas na Constituição brasileira, se houver medidas provisórias aguardando votação há mais de 45 dias no Congresso, a pauta da Casa onde

ela se encontra fica trancada, impedindo a votação de outras matérias no Plenário e nas comissões — quando se trata de decisão de caráter terminativo.

A situação já levou a diversas reações dos senadores e deputados, que querem a mudança das normas para análise de medidas provisórias. Muitos parlamentares defendem inclusive a abolição desse instrumento que, na prática, permite que o Executivo legisle.

Por conta disso, este mês, Sarney e o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, instituíram comissão especial mista, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e relatada pelo deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), para propor alterações nas MPs. O relatório da comissão deve ser apresentado até o fim do mês.

## Tebet: CAE votou temas relevantes

Defendendo a transparência e a publicidade das prestações de contas como requisitos do serviço público, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez um balanço das realizações daquela comissão em 2004, que considera positivo.

— Conhecer o que foi feito e o que se deixou de fazer,

compreender as razões de sucessos e eventuais malogros são maneiras de aperfeiçoar o trabalho para os próximos períodos, com o aproveitamento das lições absorvidas a partir de acertos e erros — observou.

Tebet informou que a CAE apreciou 27 mensagens do Senado, 13 projetos de lei do Senado e dez projetos de lei da Câmara dos Deputados.

Além disso, foram realizadas 18 audiências públicas e nove sabatinas de autoridades indicadas para cargos no governo, e foram aprovados 60 requerimentos. Apesar das eleições municipais e o "constrangimento de inúmeras medidas provisórias", o senador assinalou que foram apreciadas todas as matérias importantes para o país.

## CCJ assumiu a vanguarda das mudanças, diz Lobão

Ao fazer um balanço do período em que exerceu a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o biênio 2003/2004 foi uma fase proveitosa, quando o colegiado votou todas as matérias consideradas relevantes para o país e que, regimentalmente, deveriam ser por ele apreciadas.

— Posso afirmar que o biênio 2003/2004 foi um período profícuo para o Brasil e que o Senado fez a sua parte, assim

como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em nenhum momento estivemos à margem das mudanças exigidas. Ao contrário, assumimos, por diversas vezes, a vanguarda das transformações.

Entre as matérias examinadas pela Comissão de Justiça que têm grande repercussão na vida da população brasileira, Lobão citou as propostas de reforma do Poder Judiciário e da Previdência Social.

— De nossa parte, temos a convicção de que procuramos



Edison Lobão destaca que comissão votou projetos importantes para o cidadão

honrar o mandato que nos foi confiado — concluiu o parlamentar.

## Alvaro adverte que alta dos juros reduz emprego

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a taxa básica de juros da economia pelo quarto mês consecutivo, subindo em 0,5 ponto percentual e fixando-a em 17,75%.

Esse encarecimento do custo do dinheiro somado à falta de investimento público e à carga tributária excessiva devem provocar, segundo advertiu, queda na oferta de emprego e resultar em menos crescimento econômico em 2005.

— O governo continua com um discurso ufanista. O presidente Lula vê um céu de brigadeiro



Alvaro prevê menos crescimento econômico com política adotada pelo Banco Central

para 2005 quando os indícios apontam no sentido inverso.

Alvaro sustentou que os elevados índices de popularidade do presidente só se explicam por essa postura e pela "mágica da propaganda", que levam o brasileiro a acreditar que está ocorrendo crescimento da economia nacional.

## José Jorge divulga Troféu Berzoini

Em discurso quinta-feira, o senador José Jorge (PFL-PE) informou o resultado da 5ª edição do Troféu Berzoini de Crueldade.



José Jorge

Trata-se de um antiprêmio criado pelo PFL destinado "a identificar, denunciar e condenar qualquer ação de integrantes do governo do PT que manifeste desprezo pelo cidadão e pela condição humana".

Nesta edição, informou José Jorge, 27.543 internautas votaram e o vencedor do antiprêmio foi o secretário de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, com 27,6% dos votos, "por afrontar a liberdade de imprensa ao criar o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), respaldando seu chefe Lula, que rotulou de um bando de covardes os jornalistas que não defendem o projeto de lei".

## Virgílio aponta chantagem para calar a oposição

Uma antiga pendência no Ministério do Planejamento, relativa a um convênio do tempo em que era prefeito de Manaus, levou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) a acusar o governo de fazer chantagem para tentar calar a oposição.

"Essa é a demonstração do caráter chantagista de um governo que vai adoecer o país."

Para o senador, foi uma ação de caráter político, comandada pelo ministro José Dirceu, e executada pelo corregedor da União, Waldir Pires.

Em matéria publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, o Ministério do Planejamento diz que a aplicação de uma parte dos re-

ursos (Cz\$ 165 mil, à época) transferidos pela União para a prefeitura de Manaus, relativa à perfuração de poços artesianos, não havia sido comprovada. Corrigido, o valor seria hoje de R\$ 144,3 mil.

Virgílio disse que o valor devido não é esse e sim de R\$ 59,05 (corrigido) e que não havia qualquer registro de pendência na prefeitura, mas mesmo assim recolheu a quantia.

— É óbvio que haviam vasculhado os meus 20 anos de vida pública e só encontraram isso — frisou. Ele informou que não tem patrimônio. "Tenho apenas o meu nome e o defendo como um leão."



Arthur Virgílio

## PLENÁRIO

# Lúcia Vânia destaca sucesso da agricultura

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez uma análise do sucesso obtido nos últimos anos pela agricultura brasileira, especialmente aquela desenvolvida no Centro-Oeste. Ela citou matérias e artigos publicados em diversos jornais, inclusive no *The New York Times*, mostrando que o Brasil pode competir hoje com qualquer país do mundo na produção de grãos. De acordo com a parlamentar goiana, a reportagem do *NYT* é de autoria do jornalista Larry Rother, o mesmo que criou um incidente diplomático ao insinuar, em matéria sobre o presidente



**Evolução do setor no Centro-Oeste mereceu elogios na imprensa, relata Lúcia Vânia**

do Brasil, que Luiz Inácio Lula da Silva tinha problemas com a bebida. Dessa vez, as palavras

de Rother foram de elogio, abordando “uma explosão de exportações agrícolas, alimentada por uma combinação de políticas em consonância com o mercado e avanços na agronomia”. O *NYT* afirma que “terras tropicais antes sem uso atingiram níveis de produtividade superiores aos da Europa e Estados Unidos”.

Lúcia Vânia informou ter recebido do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, confirmação dos números divulgados pelo jornal: o Centro-Oeste seria capaz de oferecer duas colheitas por ano, rendendo três toneladas de grãos por 0,40 hectare.

A diversificação de culturas implantadas no cerrado graças ao trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem sido a responsável por esse desempenho produtivo. O café, que na década de 1960 respondia por 60% das exportações, agora ocupa o sétimo lugar na lista. Da produção de grãos, destacando-se soja e milho, o Centro-Oeste garante 40%.

Citando também a revista *Amazônia*, publicação nacional, a senadora chamou a atenção para a evolução da produção agrícola de Goiás, a que mais cresceu em 2003 e 2004, e que está agora em

oitavo lugar no *ranking* dos estados brasileiros. Segundo a revista, os estados menores estão crescendo acima da média nacional.

No Centro-Oeste, além da agricultura, a infra-estrutura tem tido uma *performance* igualmente animadora, graças a investimentos com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), o que, em breve, será reforçado com R\$ 800 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

– O governo precisa continuar impulsionando o desenvolvimento do Centro-Oeste – opinou Lúcia Vânia.

## Aelton: avanço da produção rural requer infra-estrutura

A agropecuária confirmou neste ano, segundo o senador Aelton Freitas (PL-MG), seu papel de “alavanca e âncora verde da economia nacional”. Em pronunciamento feito no Plenário na quinta-feira, ele ressaltou, contudo, a necessidade de investimentos em infra-estrutura, para garantir o crescimento do setor, responsável em 2004 por mais de 40% das exportações do país.

– A continuidade dessa trajetória positiva depende das políticas

de infra-estrutura a serem implementadas. O Brasil já se encontra no limite, com estruturas incompatíveis com as demandas de produção – advertiu Aelton.

Segundo o senador, acaba de ser criada a Frente Parlamentar para a Defesa da Infra-Estrutura Nacional, da qual se tornou vice-presidente temático para a área de ferrovias. A seu ver, o país necessita revitalizar suas estradas de ferro e rodovias, por meio de concessões e parcerias.

## Agripino cobra pressa na recriação da Sudene

O senador José Agripino (PFL-RN) lembrou os 45 anos da lei que criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), transcorridos na quarta-feira, para pedir sua reedição. O senador lamentou o fim dos incentivos fiscais, com a unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e o fim das dotações especiais para a região.



**José Agripino**

Para o líder do PFL, os senadores serão “responsabilizados perante a história” pelo fim de incentivos ao Nordeste. Ele propôs ainda que o presidente da nova comissão permanente do Senado, de Desenvolvimento Regional, Agricultura e Turismo, seja um nordestino.

Agripino disse que a lei que criou a Sudene é “exemplar” e citou a garantia de recursos para o órgão, nunca inferior a 2% da arrecadação tributária da União. A lei obrigava também o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a fornecerem extratos assegurando o cumprimento da garantia de recursos.

O representante potiguar criticou o atual governo, que, segundo ele, não tem qualquer preocupação com a reforma tributária, que acaba com os incentivos fiscais. De acordo com o senador, o Nordeste precisa desses recursos e os parlamentares nordestinos vão lutar por eles.

## ACM enfatiza desempenho da economia baiana

Ao destacar o crescimento da economia baiana nos últimos dois anos, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) informou que o produto interno bruto (PIB) de seu estado tem previsão de crescimento de 8,5% este ano, bem acima da média nacional, segundo ele, estimada em 5,08%. Antonio Carlos enfatizou ainda que esse crescimento se deu sobre uma base já expandida em 7,7% ano passado.

O parlamentar afirmou que o crescimento é mais notável quando se constata que outros importantes centros industriais do país, como São Paulo e Minas Gerais, somente agora retomam o patamar de produção de 2002.

Além disso, considerou os resultados “ainda mais animadores e consistentes” porque o crescimento se dá em todos os segmentos da economia, como a agricultura, a indústria, o turismo e as atividades de lazer e serviços. Ele apontou ainda um crescimento de 15% da indústria da transformação, com destaque para o setor automotivo, que deverá crescer 49%.

– A Bahia se torna o terceiro maior produtor de automóveis do país – afirmou, ressaltando a ocupação média dos hotéis baianos, de 75%.

O estado, disse, ampliou sua participação no PIB nacional, de 4,6% em 2001 para 5% em 2004. O PIB baiano, informou ACM, totaliza hoje R\$ 82 bilhões, sendo o sexto maior do país.



**Antonio Carlos**

## Costa lamenta rejeição de emenda à Lei de Informática

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lamentou a decisão da Câmara de, ao aprovar a Lei de Informática – que estende por dez anos (de 2009 a 2019) os benefícios tributários do setor –, ter rejeitado emenda que impediria um prejuízo aos cofres públicos de R\$ 73 milhões. Ele registrou que a matéria está na presidência da República para ser sancionada.

Hélio Costa, que foi relator da Lei de Informática na Comissão de Educação, disse que a Câmara aprovou nove das dez emendas

feitas pelo Senado, mas rejeitou a que impede que empresas que não investiram em pesquisa no período de 2001 a 2002 fiquem isentas de repor aos cofres públicos a importância devida.

Segundo o senador, o prejuízo inicial de R\$ 73 milhões (total que as empresas deixaram de investir em tecnologia e que deveriam pagar ao governo) poderá se transformar em R\$ 130 milhões, se a União tiver que ressarcir os valores investidos pelas empresas que cumpriram a lei em vigor.

### Projetos

#### Fonoaudiólogo poderá ter dia nacional

O senador João Ribeiro (PFL-TO) propôs a criação do Dia Nacional do Fonoaudiólogo, a ser comemorado em 9 de dezembro (PLS 360/04). Foi apresentada ainda proposta (PLS 362/04) de Gerson Camata (PMDB-ES) que autoriza a criação da Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro de Itapemirim (ES).

#### Antecipação do FGTS para desempregados

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) autoriza a liberação dos créditos referentes à atualização monetária dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores desempregados e com problemas de saúde, de acordo com o Conselho Curador (PLS 358/04).

#### Lúcia Vânia propõe o voto em trânsito

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou proposta que garante o direito de votar aos eleitores que estiverem em trânsito, ou seja, fora do seu domicílio eleitoral (PLS 361/04). A regulamentação da norma seria responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou projeto determinando que órgãos da administração pública usem a Internet nos seus procedimentos licitatórios.

#### Direito de visita aos pais

Proposta apresentada pelo senador César Borges (PFL-BA) assegura ao pai ou à mãe que não tenha a guarda dos filhos o direito à visita quando haja resistência injustificada por parte do cônjuge que detiver a guarda dos filhos (PLS 356/04). A matéria será examinada pela Comissão de Justiça.



**César Borges**

#### Mais rigor com crime de seqüestro

A divulgação crescente de seqüestros de recém-nascidos, como o famoso caso Pedrinho, levaram o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) a apresentar projeto que torna imprescritível o crime de registrar filhos subtraídos dos genitores (PLS 357/04). O parlamentar argumenta

que, nessas circunstâncias, a legislação acaba favorecendo o seqüestrador. “É o caso da dona Vilma, que hoje se beneficia de pena extremamente atenuada, malgrado a impossibilidade de reparar o sofrimento causado à família do Pedrinho”, avalia o senador pelo Amazonas.

#### Proposta beneficia consumidores

Conceder ao usuário de serviços de telecomunicações o direito de se manifestar por meio de telefone, por correspondência escrita ou eletrônica e pelo atendimento pessoal. É o que determina projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que quer ampliar as garantias dos clientes (PLS 355/04). Simon argumenta que o uso obrigatório do serviço 0800 dificulta o atendimento ao consumidor.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 8 e 14 de dezembro

## PLENÁRIO

## Zambiasi propõe fechar brecha à lavagem de dinheiro em loteria

O apostador nas loterias administradas pela Caixa Econômica Federal (CEF), como Mega-Sena, Quina, Lotofácil e Lotomania, será obrigado, no preenchimento dos prognósticos, a informar o número de seu CPF. A exigência é prevista em projeto de lei de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O objetivo do projeto (PLS 322/04), de acordo com Zambiasi, é impedir que as loterias sejam utilizadas pelo crime organizado para lavagem de dinheiro, principalmente o proveniente do chamado "caixa dois" de empresas ou de atividades ilícitas.

Esses criminosos, segundo



Sérgio Zambiasi

Zambiasi, costumam propor aos ganhadores a compra de bilhetes premiados por um valor acima do pago pela Caixa. De posse dos bilhetes, eles recebem o prêmio e, assim, legalizam o dinheiro obtido com atividades ilícitas.

Conforme Zambiasi, são fortes os indícios da proliferação desse tipo de lavagem de dinheiro. A própria Caixa selecionou, por intermédio do setor de combate à lavagem de dinheiro, os 50 casos mais suspeitos desde 2002 e os en-

caminhou ao Conselho de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda. Em junho último, a Polícia Federal abriu cerca de 20 inquéritos em São Paulo para investigar os ganhadores suspeitos - informou.

## Alvaro sugere revisão de políticas para a agricultura

Os produtores excluídos dos critérios do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) respondem por 76,4% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Os dados foram considerados pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) como "cruciais" para a reformulação de políticas públicas destinadas ao setor rural, em especial à agricultura familiar. Eles constam de estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado na quinta-feira pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) do Brasil.

Embora a chamada agricultura familiar, enquadrada nos critérios do Pronaf, represente

68% dos estabelecimentos rurais (3,3 milhões), produz apenas 23,6%, ou R\$ 32,1 bilhões, da receita bruta total do setor, afirmou o senador.

Mesmo na horticultura, cuja atividade se concentra em pequenas propriedades, o grupo de produtores sem acesso ao Pronaf responde, de acordo com o estudo, por 57,8% da produção, informou.

A análise da FGV, conduzida com a base dos microdados do censo agropecuário, não apóia, destacou o parlamentar, a participação na produção do segmento rural constituído pelos agricultores familiares.

## Augusto quer na Internet todos os atos da licitação

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) anunciou na sexta-feira a apresentação de projeto de lei de sua autoria destinado a garantir maior transparência às licitações públicas, por meio da divulgação de todas as etapas do processo pela Internet, a rede mundial de computadores.

- A transparência é irmã gêmea da fiscalização. Procedimentos transparentes na administração permitem ao cidadão uma maior possibilidade de conhecer ilícitos administrativos - afirmou.

Muitos contratos administrativos, segundo o senador, são usados para o enriquecimento ilícito. E obras de grande vulto,



"A transparência é irmã gêmea da fiscalização", afirma Augusto Botelho

a seu ver, muitas vezes constituem "inesgotáveis escondouros ilícitos de dinheiro público". Somente uma administração trans-

parente, na sua opinião, pode impedir desvios de recursos. A Internet, acrescentou, ajuda a assegurar essa transparência.

## Risco de conflitos

O senador alertou ainda para o risco de "conflitos e mortes" na área da reserva indígena Raposa Serra do Sol, caso o governo opte por demarcá-la da forma como defendem organizações não-governamentais (ONGs) internacionais. Ele afirmou estar confiante de que o presidente Lula saiba respeitar os direitos de pessoas que vivem no local e convivem pacificamente com os índios.

## César Borges cobra a recuperação de portos

A infra-estrutura precária representa o maior entrave para as exportações, afirmou o senador César Borges (PFL-BA), ao conclamar o governo federal a investir nos portos. Ele lembrou que, somando importações e exportações, o movimento nos portos cresceu 30% em 2004.

Em relação à Bahia, o senador citou os portos de Aratu e Salvador como os que mais exigem recursos. São necessários investimentos urgentes para modernizar equipamentos e promover dragagem em Aratu, bem como para construir dois terminais de contêineres em Salvador, destacou.

César Borges estranhou que o Porto de Aratu não tenha sido contemplado na proposta orçamentária para 2005. Quanto ao Porto de Salvador, há recursos previstos para a ampliação de seu terminal de contêineres mas, dada a situação limite de estrangulamento a que chegou, é preciso agilizar a liberação de recursos para obras.

Ele informou que, em 2003, o governo estadual iniciou a construção da Avenida Portuária, que vai interligar o Porto de Salvador à rodovia BR-324, com recursos dos governos estadual e municipal e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

## Estrada ruim prejudica interior, diz Quintanilha

Os estados interioranos são prejudicados pela precariedade das estradas e pela ausência de alternativas que possam eliminar a vantagem comparativa que têm os grandes centros comerciais. A advertência foi feita pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), ao alertar para a situação "caótica e precária" em que se encontram as rodovias brasileiras.

- Se tivéssemos uma malha rodoviária mais expressiva, interligando as principais regiões do país e aproveitando o potencial que o país tem de hidrovias, seguramente o custo Brasil estaria reduzido - afirmou.

Além de viabilizar o aproveitamento do potencial econômico, a eficiência nos transportes, na avaliação do senador, geraria mais riqueza, com a consequente geração de mais postos de trabalho.

Só no Tocantins, segundo Quintanilha, há a necessidade de construção de mais de 2 mil pontes, em sua maioria de pequeno porte, para aumentar a eficiência nos transportes.



Leomar Quintanilha

## Presidência



O presidente do Senado, José Sarney, foi condecorado com o Grande Colar da Ordem do Mérito do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), o mais alto grau dessa honraria. O colar foi entregue pelo presidente do Parlatino, deputado Ney Lopes (foto), e pela dirigente do grupo

brasileiro da entidade, deputada Laura Carneiro. Ao agradecer a distinção, Sarney disse que o objetivo latino-americano deve ser a criação de uma comunidade de nações. "Futuramente, vamos ter que partir para as instituições transnacionais, sendo uma das mais importantes o Parlamento."

## Curtas

**PARADESPORTO** - Acompanhado de alguns portadores de deficiência, o presidente da Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas e Amputados, Ciraldo de Oliveira Reis, foi recebido na segunda-feira (13) pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem pediu apoio para os jogos mundiais da categoria, que ocorrerão em setembro de 2005.

**ATO MÉDICO** - Manifesto com 500 mil assinaturas contra o projeto que define o ato médico, em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais, foi entregue na sexta-feira ao senador José Sarney pelo presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ricardo Moretton. Segundo Moretton, o projeto usa um conceito ultrapassado de saúde.

## Por um Judiciário "ágil e republicano"

Uma iniciativa conjunta de três Poderes em favor do aprimoramento da Justiça. Assim pode ser definido o Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano, assinado pelos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do Senado, José Sarney; da Câmara, João Paulo Cunha;

e do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim.

O pacto contém 11 compromissos, focando a conclusão da reforma do Judiciário. Isso inclui novas mudanças na Constituição e nos Códigos de Processo Civil e Penal, assim como nas normas concernentes a precatórios, entre outras.

## Sarney inaugura busto de Afonso Arinos

"Foi o mais completo parlamentar que já tivemos na história do Congresso Nacional", afirmou o presidente do Senado, José Sarney, na solenidade de inauguração do busto do ex-senador e jurista mineiro Afonso Arinos, quinta-feira, no Salão Nobre da Casa. O evento marcou o centenário do nascimento do homenageado, falecido

em 1990, aos 84 anos, em pleno exercício do mandato de senador.

Sarney ressaltou as múltiplas habilidades do homenageado, que além de político também foi escritor e pesquisador.

- Ele sabia tudo. Homem de grande cultura, era extremamente dedicado ao trabalho parlamentar.

## NOVIDADES

FOTOS: JANE ARAÚJO



Inaugurada na semana passada, nova central de relacionamento com o público amplia para 50 os postos de atendimento simultâneo e inova ao criar o Banco de Idéias, com sugestões dos usuários

## Senado cada vez mais aberto à sociedade

O presidente do Senado, José Sarney, inaugurou na terça-feira o serviço Alô Senado, nova central de relacionamento com o público, ampliando para 50 os postos de atendimento simultâneo, com capacidade para atender a 6 mil chamadas por dia. Além de dar informações e recolher sugestões, opiniões e críticas sobre o trabalho legislativo, o serviço tem uma inovação: vai realizar pesquisas de opinião sobre temas em discussão na Casa, consultando a população.

Sarney situou o novo serviço dentro do esforço de assegurar ao Senado o perfil de um parlamento moderno, adotando como política dar a máxima transparência às atividades da Casa. Foi esse objetivo que orientou a criação da atual estrutura de

comunicação da Casa, com TV, Rádio, Jornal e Agência Senado, iniciada em sua primeira gestão na presidência da Mesa.

– Hoje temos, de maneira organizada e oficializada, a presença da sociedade, que quer interferir em todos os setores, especialmente no Legislativo. Com a informação em tempo real, a legitimidade do parlamentar é questionada diariamente, criando o fenômeno mundial do envelhecimento da democracia representativa – disse.

Com as sugestões recebidas, o Alô Senado formará um Banco de Idéias, com as propostas dos cidadãos, para uso dos parlamentares como subsídio na elaboração de projetos, e também um banco de dados com o perfil dos usuários, suas opiniões e necessidades de informação.

Sarney agradeceu a todos os servidores pelo trabalho realizado, destacando as atuações da assessora de Planejamento e Modernização, Elga Lopes, da diretora do novo serviço, Ana Lucia Novelli, do secretário de Comunicação do Senado, Armando Rollemberg, e do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia. Para Rollemberg, “o novo serviço representa um incremento enorme na capacidade de o Senado interagir com a sociedade brasileira”. Já para Agaciel, o Alô Senado será “a maior ouvidoria de órgão público do Brasil”.

Para acessar o Alô Senado basta ligar para 0800-612211, mandar um e-mail para [alosenado@senado.gov.br](mailto:alosenado@senado.gov.br), entrar no portal do Senado [www.sendo.gov.br](http://www.sendo.gov.br) ou enviar um fax gratuito para 0800-612210.

### TV Senado inaugura novos estúdios e equipamentos

Ao inaugurar os novos estúdios da TV Senado, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a importância da eficiência dos meios de comunicação da Casa para assegurar transparência cada vez maior aos trabalhos parlamentares. O senador aproveitou para anunciar o início das transmissões da TV Senado em sinal aberto (UHF), começando por cinco grandes cidades, e atingindo todo o território nacional numa segunda etapa.

– Agora vamos poder mostrar à sociedade nosso trabalho e utilidade, e que esta é uma instituição à qual o povo tem acesso até mesmo para questioná-la. Será tarefa da próxima Mesa a expansão da TV Senado para atingir todo o Brasil – afirmou.

Sarney explicou que as inovações fazem parte de um projeto que o Senado vem desenvol-



Em cerimônia na TV Senado, Armando Rollemberg fala a Agaciel Maia, Marilena Chiarelli, Sarney e a líderes partidários

vendo, visando reverter a “crise de desprestígio”, que, na sua avaliação, data do surgimento da “sociedade de comunicação em tempo real”.

O senador listou também inovações como a informatização do Plenário, e elogiou o esforço dos funcionários da Casa e o trabalho de formação de pessoal efetuado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade do Legislativo (Unilegis). Destacou ainda o processo de digitalização, pelo qual se tem um pedaço da história do Brasil documentado no Senado; o trabalho da Agência Senado, com um milhão de acessos externos este ano; e o lançamento da edição

semanal do **Jornal do Senado**. Citou também o trabalho da diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, do secretário de Comunicação Social, Armando Rollemberg, e do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia.

Estavam presentes à inauguração o vice-presidente da Casa, Paulo Paim (PT-RS), o 1º secretário, Romeu Tuma (PFL-SP), os líderes Arthur Virgílio (PSDB-AM), Aloizio Mercadante (PT-SP), Renan Calheiros (PMDB-AL), Ideli Salvati (PT-SC), José Agripino (PFL-RN), Fernando Bezerra (PTB-RN), e os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Hélio Costa (PMDB-MG), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

### Revista faz balanço das ações do Congresso

A semana passada marcou o encerramento das sessões legislativas ordinárias do Senado. Até esta quinta-feira haverá autoconvocação do Congresso para votar o projeto da lei orçamentária. No início de fevereiro, deputados e senadores voltam para eleger os membros das Mesas das duas Casas, com os respectivos presidentes. E no dia 15 daquele mês, o Congresso inicia um novo ano legislativo.

O **Jornal do Senado** publica a sua última edição semanal do ano, retornando em fevereiro de 2005. Ao todo foram publicadas mais de duzentas edições em 2004, que permitiram ao leitor conhecer e acompanhar as discussões e votações de temas relevantes para o país como a reforma do Judiciário, a nova Lei de Falências e o salário mínimo.

A partir do dia 23, os leitores



deste jornal receberão a segunda edição da *Revista Congresso*, uma parceria do Senado com a Câmara dos Deputados. A publicação traz um resumo das principais discussões travadas no Congresso Nacional em 2004. Entre elas o debate sobre a edição de medidas provisórias pelo Executivo, a criação da Hemobrás (empresa de produção de derivados de sangue) e as leis orçamentárias.

O primeiro número da revista foi publicado no ano passado. Desta vez, a reforma do sistema judiciário brasileiro abre a revista, que terá distribuição gratuita aos assinantes.

### Cursos do ILB e da Unilegis na Assembléia Legislativa da Bahia

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), e o presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, deputado Gaban, assinaram protocolo de cooperação pelo qual os cursos do Instituto Legislativo Brasi-

leiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis) serão cedidos à assembléia.

Diretor do ILB, Florian Madruga disse que será instalado o Canal ILB, com transmissões culturais e educativas.

### Comissão do Ano da Mulher entrega relatório de atividades e lança livro

Foram realizadas na quarta-feira as cerimônias de entrega do relatório final referente aos trabalhos realizados em 2004 pela Comissão Especial Temporária do Ano da Mulher e de lançamento do livro *Proposições sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1823-2004*, no Salão Nobre do Senado Federal.

Estavam presentes às solenidades a presidente da Comissão da Mulher, Serys Shessarenko (PT-MT), a relatora, Roseana Sarney (PFL-MA), e as demais integrantes: senadoras Patrícia Saboya (PPS-CE), Fátima Cleide

(PT-RO) e Ana Júlia Carepa (PT-PA). A ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, e o senador Paulo Paim (PT-RS) também compareceram ao evento.

Roseana disse estar inconformada com a violência doméstica contra as mulheres, especialmente as negras, que, além da agressão física, sofrem com a discriminação racial.

Serys elogiou a publicação do livro, que elucida a evolução da mulher no Parlamento. Já Paulo Paim prestou homenagem às mulheres e elogiou sua força.



Apresentação da relatora, Roseana Sarney, é acompanhada por Nilcéa Freire, Serys, Ana Júlia, Patrícia, Fátima Cleide e Paim

## Voz do Leitor

## A VOZ DO BRASIL

“Vi o projeto de alteração do horário de *A Voz do Brasil*, do senador Delcídio Amaral. Acredito que a questão não é alterar o horário. Na verdade teria que ter uma emissora nacional para transmitir o programa. Existe muita gente que não quer ter seus programas de rádio interrompidos por essa obrigatoriedade. Para quem não está interessado em saber dessas notícias todos os dias, torna-se muito chato agüentar. Uma sugestão mais barata seria colocar essas notícias na Internet. Quem quiser saber que vá até lá e leia. No único horário que tenho livre para poder fazer uma caminhada no final do dia, sou obrigado a escutar essas notícias. Deixe ao menos umas duas rádios livres. Por que obrigar o povo a escutar o programa todo dia?”

**Leonardo Valle Pinheiro, de Goiânia (GO)**

## GOVERNO

“Senador Arthur Virgílio, gostaria de saber qual a diferença do atual governo para o governo do tempo da ditadura militar. Do mesmo modo que antes, se saímos de casa não saberemos se vamos voltar. Além disso, o terrorismo está emperrando, a corrupção está piorando e o governo hoje é instável.”

**Myriam Therezinha Mello Moreira, de Sorocaba (SP)**

## CARGOS COMISSIONADOS

“Senadores do PFL, peço aos senhores que revejam os cargos comissionados dos tribunais, pois todos são preenchidos por pessoas já aposentadas que ainda

continuam na ativa. Isso é um absurdo. Há milhões de brasileiros desempregados que necessitam de um emprego, enquanto essas pessoas que já deveriam estar descansando estão ocupando o lugar delas.”

**Ubirajara Ferreira da Silva, de Salvador (BA)**

## UNIÃO ENTRE OS PARLAMENTARES

“Senador José Sarney, gostaria de solicitar que houvesse entre os parlamentares dos diversos partidos mais preocupação em se unirem com a ética e sensatez para discutirem e aprovarem projetos no sentido de resolverem as crises profundas que estão impedindo o desenvolvimento de nosso país.”

**Emília do Carmo Maiellari, de São Paulo (SP)**

## CIDADANIA

“Senadores Eduardo Suplicy, Magno Malta e Heloísa Helena, vejam a realidade triste de um país sem cidadania moral e educação. O Rio de Janeiro, onde o crime é o herói, está sitiado por traficantes. O país cultiva a máxima de levar vantagem em tudo e temos que pagar cambistas e flanelinhas. No poder, há corrupção, peculato, improbidade e o superfaturamento, e o sistema ainda ajuda com o foro privilegiado. Não há sentimento de solidariedade, somente um balcão de negócios. Temos tudo para superar superpotências, mas pecamos na educação, desigualdades, saúde e oportunidades.”

**Nei Souza Costa Filho, de Curitiba (PR)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

## VEREADORES

**Valmir Pinheiro Barreto, de Queimadas (BA)**

**“Gostaria de saber do senador César Borges como ficou a PEC que reduz o número de vereadores. Ela será regulamentada?”**

**O senador César Borges (PFL-BA) responde:**

Caro Valmir, prevaleceu a Resolução 21.803/04 do TSE, já adotada nas últimas eleições. Ela regulamentou o artigo 29, inciso IV, da Constituição, que define o número de vereadores. Na maioria dos municípios, significou redução, mas em alguns poucos, como Salvador, aumentou o tamanho da câmara municipal. A resolução do TSE fracionou a proporcionalidade prevista na Constituição. Só para ter uma idéia, municípios com até 1 milhão de habitantes poderiam ter entre 9 e 21 vereadores, mas todos, mesmo os menores, optavam pelo limite máximo. A proposta apreciada no Congresso e que acabou derrotada era intermediária, permitindo um impacto menor. Mas a decisão do TSE tem dois pontos fracos que ainda precisam ser resolvidos: não reduziu o repasse das Câmaras na proporção da redução dos vereadores e ainda interferiu na autonomia dos municípios para tomar suas próprias decisões.



## IDOSOS

**Maria Elizabete Bernardes Caixeta, de Perdigoão (MG)**

**“Senador Flávio Arns, gostaria de obter informações sobre a universidade aberta para pessoas idosas. Um dos artigos do Estatuto do Idoso diz que essas pessoas têm direito ao acesso gratuito à universidade. Quero saber quais são os critérios para o ingresso. Esse artigo ainda terá de ser regulamentado?”**

**O senador Flávio Arns (PT-PR) responde:**

Prezada Maria Elizabete, o Estatuto do Idoso, em seu artigo 25, dispôs que o poder público apoiará a criação de universidades abertas para pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos de conteúdo e padrão editorial adequados a essa faixa da população, considerada a natural redução da capacidade visual. Tal artigo pode ser considerado incentivo para que as universidades estejam cada vez mais abertas para receber as pessoas idosas. A expectativa de vida do brasileiro é cada vez maior e os idosos estão envelhecendo com saúde e qualidade de vida. A educação deve acompanhar essa evolução. Algumas universidades já vêm abrindo suas portas para o idoso, como a Pontifícia Universidade Católica do Paraná. No governo federal, ainda não há uma política definida para esse segmento da população. Segundo a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, grupo de trabalho está elaborando política voltada para a capacitação de profissionais envolvidos com a pessoa idosa. O programa será desenvolvido junto às universidades para que incluam os preceitos do Estatuto do Idoso em suas diretrizes curriculares.



## Frases

**“A CPI do Banestado marcou o funeral das CPIs no Congresso Nacional”**

**Pedro Simon**, ao afirmar que a comissão não investigou a fundo as questões levantadas e deixou nomes de autoridades investigadas de fora. O senador propôs que a documentação da CPI seja encaminhada à Procuradoria Geral da República.

**“O relator está careca de saber que havia indícios fortes em relação a Maluf”**

**Arthur Virgílio**, que também criticou os resultados da CPI do Banestado

**“O veneno da medida provisória está matando o Congresso dia a dia”**

**José Sarney**, na entrevista que concedeu a repórteres de rádio em que lamentou a crise no PMDB, defendeu uma reforma política com mandato presidencial de seis anos e falou sobre sua sucessão no Senado.

**“Precisamos dizer sim ao desarmamento do bandido e não ao desarmamento do homem honesto”**

**Juvêncio da Fonseca**, agradecendo o apoio que recebeu à campanha contra o desarmamento, que considera fundamental para garantir a segurança das famílias brasileiras.

**“A transparência é irmã gêmea da fiscalização”**

**Augusto Botelho**, ao apresentar projeto de lei destinado a garantir maior transparência às licitações públicas, por meio da divulgação de todas as etapas do processo pela Internet, a rede mundial de computadores.

**“Pelo amor de Deus, prefeitos, não façam lobby contra o salário mínimo. Quem faz lobby contra o salário mínimo está contra a parcela mais pobre do seu povo. Fica muito feio”**

**Paulo Paim**, reagindo à preocupação manifestada por prefeitos sobre o impacto do aumento do salário mínimo na folha de pagamentos dos municípios.

## Foto da Semana

“Trabalhamos com disciplina e alegria para a construção coletiva de um programa sólido”, afirmou a senadora Heloísa Helena (C), ao anunciar no dia 17 a obtenção de 438 mil assinaturas necessárias à legalização do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Ao lado dos deputados João Fontes e Babá e da deputada Luciana Genro, ela relembrou o esforço para obtenção do registro definitivo do PSOL na Justiça Eleitoral



OSÉ CRUZ

# Rádio Senado faz balanço do ano

**A** Rádio Senado apresenta sexta-feira, às 9h e com reprise às 14h, especial jornalístico de balanço das atividades do Senado, mostrando as decisões tomadas e as propostas analisadas pelos senadores no decorrer do ano.

O especial faz parte de uma série de programas que a emissora passa a veicular diariamente a partir de quinta-feira. As medidas provisórias, a reforma do Judiciário, o projeto das parcerias público-privadas (PPPs), a Lei de Biossegurança, a CPI do Banestado, a CPI da Exploração Sexual, a CPI da Terra e a CPI do Desmanche são alguns dos temas que serão explorados pela equipe jornalística da Rádio.

## Orçamento de 2005 é tema do Conexão Senado

Principal matéria a ser discu-

tida ainda este ano pelo Congresso, o Orçamento da União para 2005 é o tema do programa de debates da Rádio Senado, o *Conexão Senado*, que vai ao ar nesta segunda-feira às 12h.

Planejamento dos gastos do governo, o Orçamento antecipa como será a política de reajuste dos serviços públicos e do salário mínimo, além dos investimentos a serem realizados.

Todos esses pontos estarão em discussão no *Conexão Senado*, que terá a participação de parlamentares e da Consultoria de Orçamento do Senado. Os ouvintes também podem participar, com perguntas e sugestões, pelo telefone (61) 311-1261 ou pelo endereço eletrônico [conexao@senado.gov.br](mailto:conexao@senado.gov.br).

Na programação musical, o destaque da semana é o *Brasil Regional*, que coloca o samba em



ARTE EM FOTO DA INTERNET

## A cantora paulistana Fabiana Cozza é o destaque da programação musical do próximo domingo, a partir das 8h

pauta. A atração traz a cantora paulistana Fabiana Cozza, filha de Osvaldo dos Santos, cantor de sambas-enredo da Camisa Verde e Branco, uma das mais tradicionais escolas paulistanas. Fabiana, que já cantou ao lado de nomes como Jane Duboc e Ivan

Lins, começou a chamar a atenção do público ao se apresentar em bares da Vila Madalena, em São Paulo. O programa vai ao ar no domingo às 8h.

Para obter mais informações sobre a programação, acesse [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

## PUBLICAÇÕES

## Os possíveis caminhos para o Brasil no século 21

ALEXANDRE GUIMARÃES

O *Livro da Profecia: o Brasil no terceiro milênio*, publicado pela Edições Senado, é, certamente, a melhor e mais completa coletânea de análises das perspectivas do Brasil em vários campos. São, ao todo, 71 artigos de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século 21.

Se os dicionários definem "profecia" como "previsão do futuro; presságio", ressalta-se que o que se lê nesse livro foge à esfera da especulação para relatar os caminhos possíveis do povo brasileiro no começo do milênio.

O valor da obra é engrandecido não somente por tratar dos principais tópicos da política e economia, mas também por avançar em temas como administração pública, agricultura, ciência, indústria, esporte, filosofia, infra-estrutura, medicina, meio ambiente, minorias, relações exteriores, religião, segurança pública, tecnologia e trabalho.

Destacam-se na publicação os debates culturais. O escritor Cassiano Nunes fala das perspectivas da poesia neste século. Para o jornalista Elio Gaspari,

livros e jornais não perdem, felizmente, o lugar para seus formatos virtuais. A aproximação das artes plásticas ao povo é a perspectiva traçada pelo poeta Ferreira Gullar. Já o carnavalesco Joãozinho Trinta traz uma visão saudosista do carnaval. Enquanto o teatro brasileiro é analisado pelo crítico e escritor Sabato Magaldi.

Editado em 1997, *O Livro da Profecia: o Brasil no terceiro milênio* se torna um desafio ao leitor neste início de século. A obra é de leitura ativa: não se consegue lê-la sem se fazer uma análise própria de cada tópico.

Para se saber o que realmente vai ocorrer, é só deixar o tempo passar.



Alexandre Guimarães é consultor do Senado. O Livro da Profecia: o Brasil no terceiro milênio, foi editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, custa R\$ 25, e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

## Conheça o Senado



O noticiário produzido pela RadioAgência pode ser retransmitido gratuitamente por qualquer emissora do país

## ESPECIAL

## Bibliotecas dos três Poderes ligadas em rede

O primeiro-secretário do Senado, Romeu Tuma, assinou na terça-feira (14) o Termo de Cooperação Técnica entre o Senado e 14 órgãos do Legislativo, Executivo e Judiciário, que formaliza definitivamente as regras para o intercâmbio de dados bibliográficos entre as respectivas bibliotecas, que compõem a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI).

Por meio da RVBI, podem ser acessados, simultaneamente, os acervos dessas bibliotecas (veja lista abaixo), que totalizam cerca de 700 mil documentos. A rede existe há 28 anos e desde 2000 utiliza *software* com padrões internacionais para bibliotecas digitais. Além de textos, na RVBI os usuários podem ter acesso a imagens, mapas e até a sons.

– De acordo com o presidente do Senado, José Sarney, a Casa não tem o direito de manter seus



Durante assinatura do termo de cooperação, Tuma (E) destaca importância de facilitar o acesso ao acervo das bibliotecas

conhecimentos fechados ao público. É importante que o Brasil conheça o que se constrói no Senado – disse Tuma na solenidade que contou com a presença do ministro do TST, Renato Paiva, e do desembargador do TJDF, Estevam Carlos Lima Maia, entre outros.

Segundo a diretora da biblio-

teca do Senado, Simone Bastos Vieira, o grande mérito da RVBI é facilitar o acesso à informação num contexto em que menos de 7% do conteúdo da Internet está em língua portuguesa. A diretora da biblioteca da Câmara, Marli Schreiber, agradeceu ao Senado pelo suporte oferecido para tornar a RVBI uma realidade.

## Lançamentos de livros no Senado

Numa iniciativa do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), foi lançado na quarta-feira, no Salão Negro do Senado, o livro *O Brasil do século XIX*, da Coleção Fadel, de Alexei Bueno. A publicação reproduz 205 obras desse acervo, formado pelos advogados Sérgio e Hecilda Fadel e considerada uma das principais coleções privadas de arte brasileira.

O presidente do Senado,

José Sarney, o definiu como "um belíssimo livro de arte". Eduardo Siqueira Campos elogiou a coleção dos Fadel, que contém desde a raridade *São Manuel*, de Aleijadinho, até o trabalho contemporâneo *A cangaceira eletrônica*, de Hélio Oiticica.

Também foi lançado, na Biblioteca Luiz Viana Filho, o livro *Sua majestade, o deserto*, das brasileiras Magda Raupp e

Dione Pasquotto. A obra contém o relato de uma caminhada que as autoras empreenderam pelo deserto do Saara.

O Senado ainda foi palco do lançamento do livro de poesia *Fragmento essencial*, do escritor João da Cruz Ramos Filho. Os textos abordam questões sociais, como prostituição e preconceito racial. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) participou do evento.

## Rádio Senado distribui notícias e música de qualidade para o Brasil

Na Rádio Senado FM e na Rádio Senado Ondas Curtas, o ouvinte encontra notícias sobre as decisões tomadas no Senado e os debates da Casa, além de programas especiais a respeito de temas relevantes e programação musical de qualidade.

Transmitida em FM para o Distrito Federal, pela frequência 91,7 MHz, a emissora apresenta entrevistas e noticiários com as atividades do Senado, como também a íntegra das sessões plenárias e as reuniões das comissões. O sinal pode ser captado por meio de parabólicas e pela Internet.

Já a programação da Rádio Senado Ondas Curtas, que

chega às regiões Norte e Nordeste, a Mato Grosso e ao norte de Goiás, tem uma linguagem bem diferenciada. O objetivo é mostrar, de forma didática, a influência das decisões do Senado no cotidiano do cidadão. A programação musical dá destaque à música brasileira. Para ouvir a Rádio Senado Ondas Curtas, é necessário um receptor de ondas curtas e sintonizar na faixa de 49 metros, na frequência de 5.990 KHz.

Visando ampliar o alcance da Rádio Senado, foi criada a Rádio Agência Senado. É uma agência de notícias que disponibiliza o material produzido pela equipe em Brasília, para que

seja retransmitido por outras emissoras do país.

Os programas, em formato mp3, estão disponíveis para *download* gratuito na página da agência na Internet. A emissora que acessar o serviço deverá se cadastrar na agência de notícias. O serviço já conta com cerca de 570 conveniadas, uma audiência em potencial que pode chegar a 25 milhões de pessoas.

As emissoras interessadas em retransmitir a Rádio Senado poderão entrar em contato com a Rádio Agência Senado pelo telefone (61) 311-1337, e-mail [radioagencia@senado.gov.br](mailto:radioagencia@senado.gov.br) e pelo site [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella  
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
Reportagem: João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa  
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique

Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
Agência Senado  
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e

Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
Edição: Helena Daltró Pontual (61) 311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Hepatite pode ser evitada

**O** Especial Cidadania desta semana aborda as hepatites virais, doença considerada epidemia mundial pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

As hepatites são inflamações no fígado que comprometem o funcionamento desse órgão, responsável pela digestão de gorduras, produção de certas proteínas e neutralização de substâncias tóxicas presentes no organismo.

As hepatites ocorrem por causas diversas. As mais comuns são as inflamações virais, dos tipos A, B, C, D ou E. O abuso de bebidas alcoólicas e outras substâncias tóxicas também pode levar à hepatite. Entre possíveis complicações das formas agudas da doença está a cirrose e o câncer de fígado. Em alguns

casos, é necessário o transplante do órgão.

As hepatites tipo B e C são as que mais preocupam as autoridades sanitárias, pois evoluem

**Os tipos B e C da doença podem se tornar crônicos e levar à cirrose e ao câncer**

para quadros crônicos, podendo levar à cirrose e ao câncer de fígado. Em casos mais críticos, o doente necessita de transplante. Há hoje, no Brasil, cerca de dois milhões de portadores crônicos da hepatite B e 1,5 milhão de hepatite C, quase oito vezes o número de portadores de HIV.

Na maioria dos casos, as pessoas que carregam o vírus somente são diagnosticadas quando desenvolvem as formas crônicas da doença e o fígado já está comprometido. Isso acontece porque nem sempre os portadores de hepatite B ou C apresentam os sintomas iniciais da doença.

A Organização Mundial da Saúde estima que cerca de dois bilhões de pessoas já tiveram contato com o vírus da hepatite B. Dessas, 325 milhões tornaram-se portadoras crônicas da doença. Com relação à hepatite C, dados da OMS indicam cerca de 170 milhões de portadores, o equivalente à população brasileira. Para o organismo internacional, essa é a doença crônica infecciosa mais importante hoje no mundo.



As hepatites B e D podem ser combatidas com vacina, aplicada gratuitamente pelo SUS em pessoas menores de 20 anos

## Sintomas são parecidos com os da gripe

### Tipos A e E

+ Transmitidas por via oral, ou seja, pela ingestão de alimentos ou água contaminados por fezes infectadas pelo vírus.

+ Medidas sanitárias, como a lavagem e conservação dos alimentos e o tratamento da água e do esgoto, são a melhor maneira de evitar o contato com o vírus.

+ Comuns em países onde as condições sanitárias e socioeconômicas são precárias.

+ Geralmente não evoluem para quadros crônicos.

### Tipos B e D

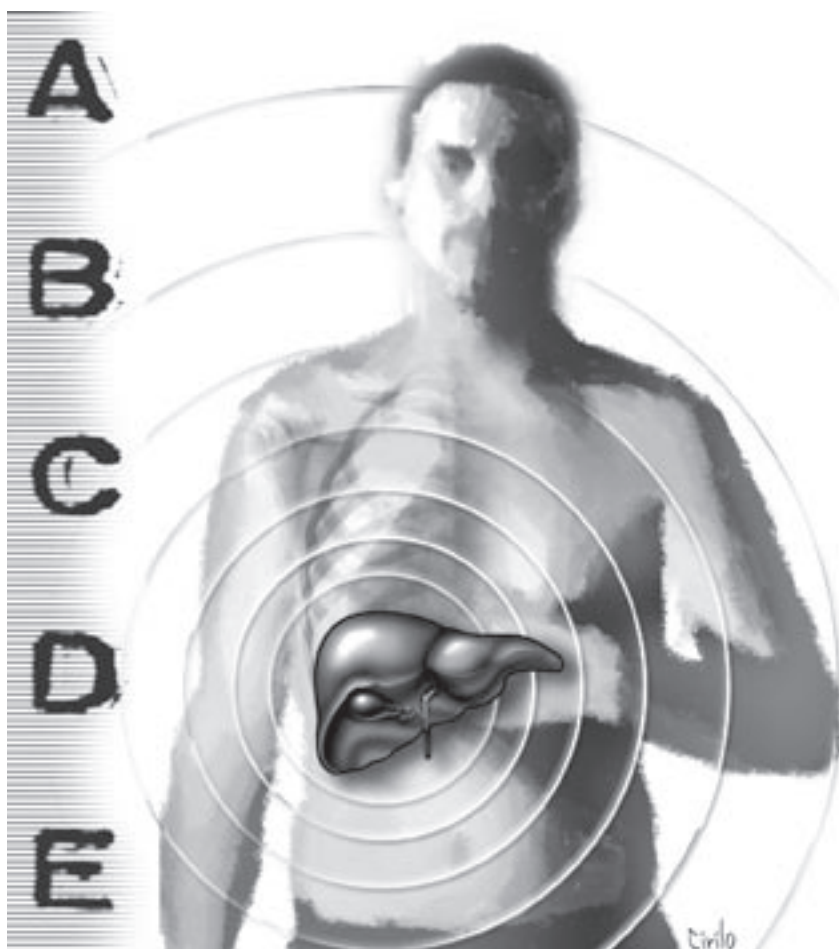
+ A hepatite B é transmitida pelo sangue, ou seja, pelo contato com seringas contaminadas, agulhas ou outros instrumentos e por ferimentos. Também pode ser contraída pelo contato sexual e pela transmissão vertical (de mãe para filho).

+ O vírus da hepatite D infecta apenas pessoas que já possuem hepatite B.

+ Em pacientes tipo B crônicos, a infecção pelo tipo D acelera a progressão da doença.

+ Alguns pacientes desenvolvem a forma crônica da doença, que pode evoluir para cirrose ou câncer de fígado.

+ As hepatites B e D podem



ser combatidas pela vacinação. Ela é administrada gratuitamente pelo SUS em pessoas menores de 20 anos e naquelas que têm mais risco de contrair a doença, como portadores de hepatite C, trabalhadores das áreas da saúde, profissionais do sexo e pessoas que compartilham agulhas e seringas no uso de drogas injetáveis.

### Tipo C

+ A hepatite C também é transmitida pelo sangue, por

meio de seringas contaminadas, transfusões e ferimentos. Há ainda a transmissão vertical (de mãe para filho).

+ A transmissão por via sexual pode acontecer, mas é rara.

+ A maior parte dos pacientes não desenvolve os sintomas comuns do início da doença. Por isso, só descobrem a doença após 20 anos da infecção, quando já apresentam quadro crônico.

**Sintomas:** os principais sintomas são comuns a todos os tipos das hepatites virais e se assemelham aos de uma gripe forte. Ou seja, a pessoa sente cansaço, fadiga e sonolência. Algumas têm febre e dor abdominal. O corpo pode ficar amarelado, principalmente os olhos, a urina tem a cor escura e as fezes são brancas. Na grande maioria das vezes, os sintomas nem aparecem.

### Quem deve fazer o teste:

+ Quem apresentar os sintomas da hepatite

+ Quem recebeu transfusões de sangue antes de 1990 ou passou por cirurgias antes de 1992

+ Quem recebeu medicamentos hemoderivados antes de 1987

+ Pacientes em hemodíálises e diálises

+ Usuários e ex-usuários de drogas injetáveis e aspiradas

+ Profissionais da saúde e da segurança pública, médicos, dentistas, enfermeiros, bombeiros, policiais

+ Gestantes e crianças nascidas de mães portadoras de hepatite B ou C

+ Pessoas de vida sexual ativa. Também aquelas que mantêm relações sexuais com múltiplos parceiros ou parceiros não estáveis.

## Identificação e tratamento da doença pelo SUS são gratuitos

Os medicamentos para tratamento das hepatites B e C devem estar disponíveis nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). O seu fornecimento é responsabilidade das secretarias estaduais da Saúde. O SUS também deve realizar os testes para detectar o vírus, além de oferecer gratuitamente a vacina da hepatite B (que também protege contra a hepatite D).

A determinação é do Programa Nacional para Prevenção e Controle das Hepatites Virais, do Ministério da Saúde.

O programa está organizado em três níveis: atenção básica, que compreende as ações de prevenção e identificação dos portadores prestadas pelos postos ou agentes de saúde, além da assistência ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade, responsáveis pelo tratamento propriamente dito.

Estão cadastrados no programa 156 ambulatórios e 167 laboratórios que prestam assistência a pacientes com hepatites virais. O único estado que não possui ambulatório é Rondônia, que dispõe apenas de um laboratório.

O Disque Saúde informa ao cidadão quais as unidades credenciadas ao programa.

### Projetos ampliam direitos dos pacientes

Tramitam no Senado três matérias que tratam do tema. A do senador Tião Viana (PT-AC) cria o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B (PLS 474/99).

Outra proposta de Tião Viana obriga o SUS a distribuir gratuitamente os medicamentos para tratamento das hepatites B, C e D (PLS 85/02).

Proposta de Ana Júlia Carepa (PT-PA) concede aos pacientes de formas crônicas da hepatite B e C os benefícios assegurados aos portadores de HIV, como isenção de aposentadoria ou pensão especial (PLS 330/04).

### Informações

Ministério da Saúde  
Disque Saúde: 0800 61-1997  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Ouvidoria do SUS  
SEPN 511, Bloco C, Ed. Bittar IV  
70750-543 - Brasília (DF)  
Tel.: (61) 448-8900 e 448-8926  
[www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)

Disque Medicamentos:  
0800 644-0644

Disque Transplantes:  
0800 883-2323

Programa Nacional de Hepatites Virais (PNHV)  
Tel.: (61) 448-8082

[hepatites.virais@saude.gov.br](mailto:hepatites.virais@saude.gov.br)  
<http://dtr2001.saude.gov.br/sps/areastecnicas/hepatite/home.htm>

Sociedade Brasileira de Hepatologia  
Tel.: (11) 3812-3253  
[www.sbhepatologia.org.br](http://www.sbhepatologia.org.br)

Associação Brasileira dos Transplantados de Fígado de Doenças Hepáticas (Transpática)

Tel.: (11) 3885-9056 e 3051-6338  
[transpatica@transpatica.org.br](mailto:transpatica@transpatica.org.br)  
[www.transpatica.org.br](http://www.transpatica.org.br)

Associação de Assistência aos Portadores de Hepatites, Candidatos e Transplantados Hepáticos do Interior de São Paulo (Apohe)  
Tel.: (19) 3235-3065 e 3266-3317  
[www.apohie.hpg.com.br](http://www.apohie.hpg.com.br)

Associação Mineira dos Portadores de Hepatite C  
Tel.: (31) 3221-0199

[www.amiphec.org.br](http://www.amiphec.org.br)  
HEP Centro  
[www.hepcentro.com.br](http://www.hepcentro.com.br)

HCVida - Grupo de Apoio a Portadores de Hepatite C  
[www.hcvida.com.br](http://www.hcvida.com.br)

Unidos Venceremos - Grupo de Apoio para a Hepatite C  
[www.hepc.hoster.com.br](http://www.hepc.hoster.com.br)

Hepatites Virais - Buscando a Melhor Chance de Cura  
[www.hepatitec.com.br/sc/hepatite](http://www.hepatitec.com.br/sc/hepatite)